



**Universidade de Brasília**  
**Faculdade de Direito - FD**

PAULO ALVES DE SANTANA NETO

**VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS NO BRASIL: PERFIL DAS  
AGRESSÕES, AMEAÇA À DEMOCRACIA E À LIBERDADE DE  
IMPrensa**

Brasília - DF  
2023

PAULO ALVES DE SANTANA NETO

**VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS NO BRASIL: PERFIL DAS  
AGRESSÕES, AMEAÇA À DEMOCRACIA E À LIBERDADE DE  
IMPREENSA**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Direito da Universidade de Brasília – UnB como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bernardino Costa

Brasília - DF  
2023

## **AGRADECIMENTOS**

Chegar ao fim desse ciclo, principalmente, após um triste e longo período de pandemia que assolou o Brasil, fenômeno este jamais vivenciado pela geração dos anos 80, traz um misto de lamento e agradecimento: tristeza pelos que sucumbiram ao coronavírus e gratidão a Deus por ter superado incólume a uma época difícil e que certamente entrará para a história. Agradeço a minha esposa, que sempre me encorajou nessa jornada durante os momentos mais difíceis e que, além disso, batalha comigo há 10 (dez) anos os desafios da vida entre percalços e conquistas. Agradeço aos meus filhos Lucas e Beatriz (Bia), motivo pelo qual se não fosse único, certamente, seria suficiente para seguir em frente. Aos meus pais e irmã, “torcedores fanáticos”, que mesmo longe fisicamente, estão sempre perto de mim, pois carrego-os no coração. Sou grato por acreditarem em mim, não raras vezes, mais do que eu mesmo, com estímulos e apoio através de palavras de incentivo nos instantes de dificuldade. Agradeço também a todos os professores que transmitiram seus conhecimentos durante esses 4 (quatro) anos, pois cumpriram com maestria a função de expandir meu horizonte e transformar minha mente, que sai não mais a mesma de quando entrei na Universidade de Brasília, em especial ao professor orientador, que supriu a todos os questionamentos durante a realização da pesquisa.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

CBN – Central Brasileira de Notícias

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

FENAJ – Federação Brasileira de Jornalistas

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

STF – Supremo Tribunal Federal

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## RESUMO

O presente trabalho trata da violência praticada contra jornalistas no Brasil e visa, por meio da pesquisa junto a entidades ligadas ao jornalismo profissional, trazer dados que subsidiem o delineamento do perfil dos agressores e das agressões promovidas contra essa classe que tem um papel fundamental na democracia: o de levar a notícia aos cidadãos. Para a concretização dessa tarefa, primeiramente, serão apresentados conceitos sobre violência. Esclarecido tal ponto, a pesquisa propõe a reflexão sobre a violência da negatividade, teoria proposta pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han. Apresenta a ideia de amigo-inimigo, construída por Carl Schmitt e também uma distinção entre poder e violência em Hannah Arendt. Michel Foucault é outro pensador que contribui para a discussão através de sua teoria sobre a biopolítica. Esses embasamentos fornecem o sustentáculo que fundamenta a abordagem focada no fenômeno da intolerância, tão aflorada nos últimos anos no Brasil e em parte do mundo, que leva indivíduos a praticarem atos violentos contra trabalhadores da mídia. Dessa forma, a violência aqui retratada possui um elemento diferente e por isso se distingue amplamente daquela apresentada pelas estatísticas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ela não tem sua gênese primária na agressão física, no homicídio. Ela se perfaz no discurso, na retórica, na descredibilização, na ameaça, na ridicularização, na perseguição, na propagação do medo, na ideia de combate ao inimigo, e nesse caso, tem como alvo os jornalistas. Parte desse estudo aborda também o fator da violência de gênero, sempre com a ótica voltada para o jornalismo, ou seja, a referência diz respeito às mulheres jornalistas, uma vez que elas, vêm cada vez mais ocupando espaços antes marcados pela figura masculina e são, portanto, importantíssimas nas discussões relativas a essa temática. Além disso, alguns casos de violência praticados nos últimos anos contra jornalistas foram retratados, o que demonstra a necessidade de atuações institucionais em defesa do jornalismo profissional, que serão aqui também elencadas. Quanto aos resultados dos dados sobre violência no Brasil, as informações foram extraídas de relatórios publicados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), que levantam números relevantes de casos concernentes a agressões praticadas contra a classe jornalística. Esses registros compõem uma base documental significativa, que juntamente com uma ampla pesquisa bibliográfica dão o devido respaldo para tratar de condutas que, chamando pelo nome apropriado, constituem verdadeiros crimes. Em primeiro lugar, contra a pessoa; em segundo, contra a liberdade de imprensa, o que em larga medida é também um ataque à democracia. Afinal, o direito à informação é um dos pontos essenciais para a configuração de um ambiente democrático e sadio numa sociedade. Por fim, a apresentação dos relatórios obtidos junto a essas organizações, além de possibilitar conhecer o perfil dos agressores e os tipos de agressões mais comuns, sobretudo a influência e crescimento dos ataques digitais, evidenciam a necessidade da luta pela preservação de direitos fundamentais, dentre eles, o direito à informação e à liberdade de imprensa.

Palavras-chave: Violência. Jornalistas. Liberdade de Imprensa. Agressão. Informação. Democracia.

## ABSTRACT

The present work deals with the violence committed against journalists in Brazil and aims, through research with entities linked to professional journalism, to bring data that subsidize the outlining of the profile of the aggressors and the aggressions promoted against this class that has a fundamental role in democracy: that of bringing the news to citizens. To accomplish this task, first, concepts about violence will be presented. Having clarified this point, the research proposes a reflection on the violence of negativity, a theory proposed by the South Korean philosopher Byung-Chul Han. It presents the idea of friend-enemy, constructed by Carl Schmitt and also a distinction between power and violence in Hannah Arendt. Michel Foucault is another thinker who contributes to the discussion through his theory of biopolitics. These foundations provide the support that underpins the approach focused on the phenomenon of intolerance, which has so much surfaced in recent years in Brazil and in part of the world, which leads individuals to commit violent acts against media workers. In this way, the violence portrayed here has a different element and therefore differs widely from that presented by the statistics of the Brazilian Public Security Forum. It does not have its primary genesis in physical aggression, in homicide. It is realized in discourse, rhetoric, discredit, threat, ridicule, persecution, propagation of fear, in the idea of combating the enemy, and in this case, it targets journalists. Part of this study also addresses the factor of gender violence, always with a focus on journalism, that is, the reference concerns women journalists, since they are increasingly occupying spaces previously marked by the male figure and are, therefore, very important in the discussions related to this theme. In addition, some cases of violence practiced in recent years against journalists were portrayed, which demonstrates the need for institutional actions in defense of professional journalism, which will also be listed here. As for the results of the data on violence in Brazil, the information was extracted from reports published by the National Federation of Journalists (FENAJ) and by the Brazilian Association of Investigative Journalism (ABRAJI), which raise relevant numbers of cases concerning aggressions committed against the journalistic class. These records make up a significant documentary base, which together with an extensive bibliographical research give the due support to deal with conducts that, calling by the appropriate name, constitute true crimes. First, against the person; second, against freedom of the press, which to a large extent is also an attack on democracy. After all, the right to information is one of the essential points for the configuration of a democratic and healthy environment in a society. Finally, the presentation of the reports obtained from these organizations, in addition to making it possible to know the profile of the aggressors and the most common types of aggression, especially the influence and growth of digital attacks, highlight the need to fight for the preservation of fundamental rights, among them, the right to information and freedom of the press.

**Keywords:** Violence. Journalists. Freedom of the Press. Aggression. Information. Democracy.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01 - Série histórica de agressões contra jornalistas de 2010 a 2022 no Brasil	39
Gráfico 02 – Violência por gênero .....	47

## **LISTA ILUSTRAÇÕES**

Figura 01 – Ranking de liberdade de imprensa entre 180 países .....	42
Figura 02 - Violência por tipo de mídia .....	44

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 - Violações à liberdade de imprensa e de expressão no Brasil em 2022.....	40
Quadro 02 – Violência por região .....	42
Quadro 03 – Violência por estado .....	43
Quadro 04 – Violência por agressores .....	46
Quadro 05 – Ataques promovidos exclusivamente contra mulheres jornalistas .....	48
Quadro 06 – Ataques a mulheres jornalistas por veículos das vítimas .....	49
Quadro 07 – Vítimas por idade .....	50
Quadro 08 – Casos de agressão por tema de cobertura .....	50
Quadro 09 – Ataques promovidos por figuras da política, ocupantes de cargos comissionados e aliados .....	51

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS NO BRASIL .....	12
2.1 O fenômeno da violência .....	13
2.2 Biopolítica e sua influência na violência .....	15
2.3 Violência contra jornalistas .....	18
2.4 Violência contra mulheres jornalistas .....	20
2.5 A utilização dos recursos digitais como armas na escalada da violência direcionada aos jornalistas .....	25
2.6 Construção da figura do inimigo – Carl Schmitt em pleno século XXI .....	27
2.7 Intolerância e sua relação com a violência contra os jornalistas .....	32
2.8 Entidades que atuam em defesa dos jornalistas .....	35
3. RESULTADOS .....	36
4. CONCLUSÃO .....	52
5. REFERÊNCIAS .....	53

## 1. INTRODUÇÃO

A sociedade moderna, esta que surge a partir do declínio do regime feudal, no século XV, juntamente com o advento do capitalismo, tem entre suas características a divisão do trabalho (DURKHEIM, 1999, p.1), que possibilitou uma multiplicidade de profissões. Essa especificidade por ramo de atividade cria a necessidade de profissionais devidamente capacitados, aptos e com perfis adequados ao seu pleno exercício. Conforme a natureza do trabalho prestado haverá mais ou menos exigência a depender nível de complexidade exigido para sua concretização. Algumas profissões são mais ou menos arriscadas, isso dependerá do grau de exposição ao risco que o trabalhador é colocado. No caso do jornalismo, é possível afirmar que essa é uma das atividades que têm alta propensão a risco, principalmente diante de uma era de acentuada intolerância, em que informação e verdade são relativizadas, sobretudo diante das constantes tentativas de rebaixamento do papel do jornalismo para atender a projetos de poder. Como destacado em excelente artigo sobre o tema da exposição e vulnerabilidades a que estão submetidos os jornalistas:

Para obter informações necessárias para seus relatos cotidianos, jornalistas transitam por zonas e situações de confronto, lidam com personagens perigosos e ficam sujeitos a condições insalubres, exaustivas e estressantes. Jornalistas exploram a lógica adversarial de pessoas e grupos poderosos e, muitas vezes, ficam na linha tiro que as separa. A exposição pública e o contato com ameaças diversas tornam a profissão tão fascinante quanto arriscada (CHRISTOFOLETTI e TORRES, 2018, p. 4).

Além disso, a sociedade na era da informação tornou esta última um ativo importantíssimo. Antes, notoriamente significativa e valorizada pelas empresas em seus processos, a informação, nos dias atuais, tornou-se o centro de discussões que diz respeito a sua veracidade, uma vez que junto com a capilaridade do uso das redes sociais veio também a disseminação da desinformação, mais comumente denominada de *fake news*, que no atual momento ganha viés político tanto internacionalmente como nacionalmente e isso tem afetado diretamente o nível de exposição ao risco que sofrem os jornalistas. A cobertura do cenário político do país tem sido palco de agressões, ameaças e críticas contundentes contra a mídia profissional. Emissoras de televisão que divulgam fatos que de alguma forma podem prejudicar a imagem do governo são tachadas de comunistas, esquerdistas, golpistas, dentre outros adjetivos reducionistas. Tais críticas objetivam relativizar o conceito de verdade, além de disseminar o ódio contra a classe daqueles que têm por função levar a informação para os lares dos cidadãos brasileiros.

O início do século XXI tem sido um grande desafio para as democracias em grande parte do mundo, o Brasil não é exceção a esse quadro. Com a vitória eleitoral, em 2018, do presidente Jair Messias Bolsonaro, a democracia brasileira se viu envolta em múltiplos ataques, não somente por iniciativa do presidente, mas também de uma camada da sociedade que, insatisfeita com problemas das mais diversas ordens e sob a invocação de uma suposta liberdade de expressão, tenta calar posicionamentos críticos ao governo. Conseqüentemente, externalizam uma profunda intolerância à pluralidade de ideias, pois qualquer um que manifeste pensamento oposto passa a ser visto como um inimigo da nação que precisa ser destruído. No entanto, diante de posturas extremistas, importa destacar que a liberdade de expressão não é um direito que se sobrepõe a todos os outros – ou seja, a intolerância, a discriminação e o não reconhecimento do outro como um cidadão detentor de direitos não estão no escopo de defesas válidas para a liberdade por se expressar (SANGLARD et al., 2021).

As violações dos direitos dos jornalistas são crescentes nos últimos anos, como será visto no decorrer deste estudo. Ampliam-se os perigos e por esse motivo, chama-se atenção para discutir formas de minimização desse problema. Os relatos das agressões constituem registros que auxiliam no combate a comportamentos violentos, pois servem como meios de correção de rota para que se estimule um convívio harmonioso e pacífico numa sociedade. Assim, abre-se espaço para que as ideias sejam colocadas em debate e que o espaço público não que seja percebido com uma arena em que as pessoas enxergam umas as outras como inimigas, prontas a destruir opiniões contrárias, perdendo qualquer ponto de contato construtivo. Esse isolamento intelectual em determinado sistema produz uma atmosfera de intolerância e aversão à liberdade, o que incapacita o recluso mental de compreender as possíveis críticas das posições divergentes (MARTINS, 2021, p. 31).

Muito embora a violência tenha sido absorvida na linguagem política, ela não se restringe tão somente a esse cenário, afinal, os agressores são diversos e não se encontram apenas nesse segmento. Coberturas sobre corrupção, assassinatos, fraudes, carência de recursos em diversas áreas como transporte, educação, saúde, são situações em que os repórteres estão submetidos a riscos. Não é raro observar nos noticiários que aqueles que deveriam atuar no sentido de suprir as necessidades da população prestando contas dos recursos que estão sob sua alçada, assumindo a responsabilidade de uma boa e regular aplicação dos mesmos, respondem rispidamente, quando não resolvem atacar a mídia,

que tem entre suas funções informar a sociedade, de forma que esta possa ocupar papel mais ativo politicamente, uma vez que esta é o soberano nos regimes democráticos.

Outro ponto que merece destaque, dado o contexto de *internet* e mídias digitais é o risco digital a que os jornalistas estão expostos:

Nem todo repórter atua em zonas de conflito, vivendo em risco, no que se refere ao físico, constante ou iminente, mas não há jornalista, nesses tempos, que não utilize computadores, *smartphones*, *internet* ou sistemas de informação para seus afazeres cotidianos. Nem todo repórter é perseguido politicamente, mas todo jornalista está potencialmente exposto a ser monitorado, espionado ou hackeado, seja dentro ou fora das redações. Em outras palavras, isso significa dizer que jornalistas estão mais suscetíveis a riscos digitais do que físicos, independentemente de sua geografia, influência social, posição na hierarquia empresarial ou área a que se dedicam (CHRISTOFOLETTI e TORRES, 2018, p. 4).

Nesse sentido, importa ressaltar que os riscos que os jornalistas enfrentam no exercício do seu trabalho ou mesmo fora dele decorrem de uma inversão do princípio da liberdade de expressão. Este, consagrado no art. 5º, IX, da CRFB, se fundamenta no pilar da busca pela verdade. Desta forma, a invocação da liberdade de expressão que almeja a verdade padece de uma manipulação que subverte o sentido de sua origem para permitir que esse mesmo princípio legitime mentiras, ataques, ameaças, discurso de ódio e intolerância. Jamais a liberdade de expressão num regime democrático se presta a tal disparate. Afinal, a diversidade de ideias não é um campo aberto para a circulação de inverdades e discursos falaciosos, mas um caminho estreito, que necessita de aperfeiçoamento e preservação constantes, além de boa fundamentação dos fatos, para que por meio da solidez, se construa uma sociedade tolerante, menos desigual e consciente dos seus direitos. Defender a livre circulação de notícias pautadas em na veracidade dos fatos é resguardar um pilar da democracia. Em virtude disso, este estudo pretende responder o seguinte problema: quem são os agressores e qual o perfil dos ataques aos jornalistas brasileiros, que têm crescido nos últimos anos e colocam em risco tanto o direito à informação quanto o estado democrático de direito?

Dessa forma, identificar o perfil dos agressores e os tipos das agressões sofridas pelos jornalistas dentro da perspectiva da violência da negatividade se constitui como objetivo geral dessa pesquisa. Nesse sentido, investigar o que motiva o uso da violência contra os jornalistas, descrever os métodos praticados, apontar os estados/regiões que mais houveram casos de violência contra jornalistas, enquadrar os agressores e as agressões em grupos conforme o tipo de violência exercida, discutir a questão do gênero

no contexto de violência contra jornalistas e explicar como o fenômeno da intolerância, que resulta em agressões contra jornalistas, solapa a democracia são pontos elementos importantes que permeiam a pesquisa. Assim, o presente trabalho pode ter relevância para outros estudos envolvendo a questão da violência, uma vez que aborda um grupo que no atual momento se encontra em estado de vulnerabilidade, haja vista o crescimento de atos de violência e intimidação sofridos por jornalistas durante os últimos anos no Brasil. Para além da coleta de dados sobre a violência contra profissionais da mídia, delinear o perfil das condutas e também os seus potenciais agressores é de extrema importância até mesmo para a prevenção através de medidas de defesa, evitando novos atos.

Conhecer as agressões e o perfil dos seus autores será uma fonte que pode servir como auxílio para um combate mais efetivo ou mesmo maior cuidado por parte dos próprios jornalistas frente aos ataques sofridos. Aliado a isso, o estudo revela o perigo de uma ruptura do estado democrático de direito, pois a atividade jornalística profissional exerce uma função importantíssima na sociedade, mais ainda na era da informação, que é a de levar uma informação de qualidade e avessa às *fake news*, fenômeno presente e também bastante discutido na atualidade.

Considerando ainda um ano eleitoral no Brasil, em que a cobertura jornalística se mostra fundamental para o conhecimento das propostas dos candidatos, num pleito em que a polarização se fez bastante presente, abordar a violência contra repórteres profissionais traz à tona a importância de discutir o direito à informação estatuído no art. 5º, XIV, da CRFB. Tal direito tem aplicação dúplice, pois não significa somente a garantia de transmitir a informação, mas também de que a coletividade tenha acesso àquilo que é veiculado, de acordo com seu interesse.

## **2. VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS NO BRASIL**

O desenvolvimento do presente estudo utilizou-se de artigos científicos recentes e que abordam a temática da violência contra profissionais da mídia jornalística. Adiciona-se a isso, o emprego de pesquisa em diversas literaturas sobre a violência. Discutir esse tema por si só requer um esforço hercúleo, ainda mais num ano de eleição presidencial no Brasil bastante polarizada, em que há um forte estímulo para que os cidadãos brasileiros enxerguem um ao outro não como adversários que defendem apenas posições antagônicas, mas como inimigos. Apresentar um trabalho atualizado e de qualidade no fervilhar de um momento importante para o país, ao tratar de um assunto

relevante, que é a violência contra aqueles que têm por função levar a informação, elemento este vital nesses tempos, mostra-se um grande desafio.

O trabalho foi estruturado em tópicos que versarão, inicialmente, sobre o fenômeno da violência. No entanto, importa dizer que a base teórica na construção do mesmo está fundamentada na visão de violência da negatividade, do filósofo Byung-Chul Han, importante teórico sul-coreano, que teorizou sobre a violência na obra “Topologia da Violência”. A ideia contida na violência da negatividade é a de que ela se propõe a reduzir o outro, requer sua aniquilação, estimula a agressão em suas diversas formas, ofende e rejeita o diferente numa tentativa de impedir o dissenso. É através de sua percepção que serão erguidos os fundamentos dessa pesquisa.

## **2.1 O Fenômeno da violência**

A violência, conforme aponta o filósofo Byung Chul-Han, possui várias facetas e se transmuta no decorrer das eras, fazendo-se assim sempre presente no espaço social. Uma delas é a falsa impressão de sua invisibilidade, atualmente travestida de liberdade (HAN, 2017, p. 7). A partir de uma retórica distante dos verdadeiros ideais de liberdade defendidos por libertários, que viveram entre os séculos XVIII e XIX, como Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873), sequestram o termo numa tentativa de legitimar comportamentos violentos. Esse tipo de violência, dentro de uma perspectiva macrofísica, Han classifica como violência da negatividade aquela se define por defender uma posição maniqueísta, bipolar, em que vigoram apenas os seus opostos: dentro e fora, amigo e inimigo, bem e mal (HAN, 2017, p. 12). Ela se materializa em atos objetivos como agressões, ameaças e tentativas de impor uma ordem moral para a coletividade pelo fato de que os agressores acreditam conhecer os padrões mais elevados de convívio social. Isso leva essas pessoas a não subordinação, uma vez que as regras e normas devem ser por eles imposta, jamais devem se sujeitar a posições estranhas. É esse estranhamento que cria uma espécie de bloqueio, já que o diferente é percebido como possível ameaça. Além disso, as ferramentas tecnológicas, à medida que estimulam os indivíduos conforme suas predileções, mina a dialética e, na contramão do que se esperava na sociedade da informação, empobrece o debate sadio e propositivo. Uma sociedade narcisista e que valoriza o desempenho torna as pessoas cada vez mais autocentradas e insatisfeitas consigo mesmas, pois cobram de si mesmas aquilo que criticam no semelhante, passando a serem, simultaneamente, autorreferentes e intolerantes não só com o outro, sobretudo exigindo o sucesso constante de si próprios, ao que Han classifica como sociedade do

desempenho. Surge aí a violência no sujeito, que tem sua gênese, não por fatores externos, mas dentro de si, e esta violência manifesta alto grau de periculosidade, já que agressor se supõe livre (HAN, 2017, pp. 37-38).

Num país como o Brasil, em que a violência obtém índices alarmantes e ocupa boa parte dos horários jornalísticos, é importante conhecer como ela se manifesta na sociedade, o que se dá através de agressões físicas, psicológicas, morais, por meio de ameaças ou mesmo através da linguagem desabonadora ou difamante, que reduz o outro a uma coisa, retirando assim sua humanidade, ao quebrar aquilo que une um ser a outro: a fraternidade. Por essa razão, conceituá-la é a maneira ideal para tratar da violência que é direcionada à classe jornalística, tema dessa pesquisa. Nesse esteio, sobre a violência, dois conceitos são importantes:

É compreendida como o uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p.380).

[...] a prática de ações de não-questionamento da realidade com o intuito de reproduzi-la, voltadas para preservar interesses específicos através de instrumentos coercitivos explícitos ou sutis de qualquer natureza, em contraposição aos mais legítimos interesses e direitos coletivos, desqualificando a práxis democrática, crítica e reflexiva e instituindo, com a finalidade de perpetuar, fatos e situações intensas de força e que são desproporcionais à utilidade considerada política, econômica, social e psicologicamente tolerável de aceitação da dominação como fruto das relações de poder (FARIA e MENEGHETTI, 2007, p. 283).

Diante desses dois conceitos de violência pelos diferentes autores constata-se a presença do termo “poder”, que a priori permite concluir que poder e violência estão diretamente ligados. Nessa linha, no que tange à disputa de poder, trazer à baila as contribuições de Michel Foucault sobre como a Biopolítica ocupa um papel central do ponto de vista da utilidade da violência por parte dos agressores contra aqueles que porventura não reproduzam o mesmo discurso, pode ao menos indicar possíveis esclarecimentos que de alguma maneira explicam os ataques sofridos pelos jornalistas.

Atualmente, apesar dos grandes avanços tecnológicos no que se refere à informação, pode-se atrelar a violência à regressão do processo comunicacional entre indivíduos e isso se estende pelos mais diversos segmentos da sociedade brasileira (político, econômico, social, ambiental, religioso, etc). Esperava-se que a tecnologia, por meio das redes sociais, seria uma espécie de ambiente que ampliaria o diálogo sadio entre as pessoas. Contudo, o que se observa com a democratização da informação é que as redes sociais formaram bolhas ideológicas que apenas reproduzem pensamentos uniformes.

Dessa forma, anula-se qualquer possibilidade de abertura e compreensão de novas ideias. Os tradicionalistas, assim, mantêm inquestionáveis as estruturas sociais vigentes, o que, conseqüentemente, limita a criação e a liberdade.

Em sentido contrário à ideia de que a violência se relaciona diretamente com o poder, a filósofa Hannah Arendt coloca sua visão sobre o fenômeno em estudo, apontando que os mesmos não estão diretamente imbricados, ao contrário, posicionam-se em lados opostos. Para ela, o poder, diferente da violência, requer ação conjunta e orientada para um determinado fim, enquanto que a violência se manifesta justamente na ausência de autoridade. Logo, é possível arrematar que a violência se manifesta à medida que o poder se reduz, o que demonstra que esses elementos ocupam espaços diametralmente opostos. O poder, dessa forma, está intrinsecamente ligado com a legitimidade e com a sustentação de grupos que obedecem às ordens emanadas. Portanto, é justamente quando se perde a autoridade que a violência se torna eminente.

Segue na mesma linha de pensamento da filósofa Hannah Arendt, a reflexão realizada por Byung-Chul Han, quando assevera o seguinte excerto:

A resistência massiva contra o detentor do poder atesta a falta dele; justamente por carecer de poder apela para a violência. A utilização da violência seria a tentativa desesperada de converter a impotência em poder. O detentor de poder que realmente é poderoso não deve essa capacidade à violência. Fazendo uso dela pode-se forçar o poder, mas nesse caso ele é frágil; irrompe facilmente, quiçá em virtude da fissura provocada pela violência. É um erro supor que o poder resida na violência, pois ela tem uma intencionalidade oposta. Assim, é perfeitamente possível imaginar um acontecimento violento sem estar relacionado ao poder. Por exemplo, o assassinato motivado pelo ódio é uma violência que se esgota na vontade de aniquilar o ser do outro; não se busca alcançar domínio sobre ele. Se considerarmos a violência apenas a partir do poder não será possível reconhecer sua essência, e se tomarmos o poder apenas sob a perspectiva da violência não poderemos perceber sua intencionalidade específica (HAN, 2017, p. 67).

## **2.2 Biopolítica e sua influência na violência**

Segundo Michel Foucault (1988, p. 130), a Biopolítica define-se através de “intervenções e controles reguladores dos processos biológicos, tais como: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade e condições que permitam suas variações”. Dessa forma, a Biopolítica, em linhas gerais, pode ser conceituada como uma forma política em que o Estado controla o corpo das pessoas. Importante destacar que antes e após a Revolução Industrial marcam dois períodos distintos de estrutura ou modo como era exercido esse poder. O poder de “deixar viver ou fazer morrer” era utilizado pelos déspotas do Antigo Regime, enquanto que com o advento do capitalismo, há uma inversão dessa prática, que se materializa no poder de

“fazer viver ou deixar morrer” (FURTADO e CAMILO, 2016, p. 36). Assim, a forma de exercício do poder centra-se numa ideia que remonta a sociedade do século XIX, pós-revolução industrial, do fazer viver ou deixar morrer, em que determinadas pessoas são percebidas como úteis para aqueles que estão no poder ao reproduzirem os mesmos discursos daqueles que estão no poder.

A pandemia do coronavírus evidenciou como esse poder se estabelece na sociedade e tem potencial para chacoalhar as estruturas de uma jovem democracia, como é o caso da brasileira, como, por exemplo, diante dos discursos<sup>1</sup> anticientíficos do presidente contra a vacina. Ataques e ameaças ao Congresso e ao STF, boa parte delas incentivada pela ala governista, também foram comuns e com o propósito explícito de provocar um ambiente em que o medo e a intimidação imperam. Exemplos disso foram o desfile de tanques de guerra na Esplanada em agosto de 2021<sup>2</sup>, no mesmo dia da votação do voto impresso no Congresso Nacional e em seguida manifestações pró-governo e em ataque ao STF no dia 07 de setembro de 2021<sup>3</sup>. Não faz muito tempo, o próprio TSE, em meio a narrativas totalmente infundadas e descabidas, também foi vítima de diversos e sérios ataques, com alegações de que os pleitos eleitorais no Brasil seriam uma fraude<sup>4</sup>.

Uma classe que está no centro de todas essas questões e que acompanha a tudo isso de perto é a dos jornalistas, que têm por função acompanhar e divulgar o que ocorre e, sempre que possível, os seus bastidores, com o intuito de levar uma informação transparente e, numa visão deontológica, isenta de viés. De um lado o que se viu e ainda se nota atualmente, é uma queda de braço criada por grupos a favor do atual presidente da república contra o jornalismo profissional, a exemplo dos cuidados que deveriam ser tomados para a redução do contágio pelo coronavírus: isolamento social, uso da máscara de proteção e recebimento das doses da vacina. Via-se determinados grupos atuando em sentido contrário ao que era comunicado pela OMS e divulgado pela mídia, o que gerou,

---

<sup>1</sup> O Presidente à época, Jair Bolsonaro, profere fala contra a vacinação. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/01/06/bolsonaro-ataca-a-vacinacao-e-questiona-a-honestidade-da-anvisa-comunidade-medica-repudia.ghtml>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

<sup>2</sup> Desfile de tanques de guerra na Esplanada dos Ministérios. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/01/06/bolsonaro-ataca-a-vacinacao-e-questiona-a-honestidade-da-anvisa-comunidade-medica-repudia.ghtml>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

<sup>3</sup> Manifestações a favor do governo Bolsonaro e discurso ameaçador conta o STF. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

<sup>4</sup> Bolsonaro acusa o TSE de fraudar as eleições. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/09/interna\\_politica,1285074/bolsonaro-volta-a-atacar-eleicoes-e-acusa-a-fraude-esta-no-tse.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/09/interna_politica,1285074/bolsonaro-volta-a-atacar-eleicoes-e-acusa-a-fraude-esta-no-tse.shtml). Acesso em: 20 de dez. 2022.

dentro desse contexto, perseguição e violência praticadas contra os jornalistas. Isso se amplia ainda fora do contexto pandêmico, pois qualquer notícia que vai de encontro aos vieses cognitivos desses indivíduos acaba se tornando motivo suficiente que “justifica” uma ou diversas ameaças aos repórteres. Nesse quesito, Byung-Chul Han, enfatiza que a violência provoca rupturas, pois tanto o poder quanto a violência são técnicas que se prestam a subjugar, “dobrar o outro”. E prossegue ao afirmar que o poder faz uso desse expediente até que o outro se submeta; a violência o faz de tal modo que o outro “quebra”. A violência priva suas vítimas da possibilidade de ação, além de reduzir seu espaço de ação a zero, pois o aniquila (HAN, 2017, p. 65). Dessa forma, há, portanto, uma narrativa de desumanização do outro, algo que é justificado pela criação em abstrato de um estado de exceção, que embora revestido ou permeado de um discurso de luta pela democracia, acaba por engendrar medidas e incitar comportamentos agressivos por parte da sociedade civil contra todos aqueles que não corroboram com o pensamento homogêneo do líder da nação. A partir daí, todos eles passam a ser adjetivados de comunistas, esquerdistas, petralhas, antipatriotas, doutrinadores, abortistas, maconheiros, defensores de assassinos, imorais, apoiadores de corruptos, incentivadores da “ideologia de gênero”, terroristas, etc. Todas essas qualificações servem de justificativa para que uma parcela dessa massa se volte contra aqueles que não partilham das mesmas ideias dos apoiadores da ala governista. Nota-se que há uma grande volatilidade e amplitude desses ataques à procura sempre de bodes expiatórios para manter o engajamento contra seus opositores. Todavia, para fins deste estudo, o alvo se volta aos jornalistas, grupo esse deveras ridicularizado pelos apoiadores do governo federal.

A jornalista Patrícia Campos Mello, em sua obra “A Máquina do Ódio”, expõe o cenário de violência no Brasil à época em o governo de Jair Bolsonaro estava no poder em 2 anos de sua gestão:

Na classificação mundial de Liberdade de Imprensa dos Repórteres sem Fronteiras (RSF), dos 180 países analisados, ela ocupa o 89º lugar — desde que Orbán assumiu o poder, em 2010, a Hungria caiu 66 posições. O Brasil, por seu turno, recuou cinco casas após Bolsonaro assumir o poder — foi da 102ª posição para a 107ª. Ainda que a democracia iliberal húngara tenha avançado célere em seu processo de asfixia da imprensa livre, o Brasil detém números estarrecedores de assassinatos de jornalistas nos rincões. Em geral são jornalistas de cidades pequenas que entram em conflitos com políticos — uma dinâmica macabra muito anterior ao governo Bolsonaro (MELLO, 2020, p. 151).

Nesse contexto, a lógica da beligerância, se faz presente por meio de percepções de mundo extremistas que se convertem em atos de agressão, além da busca pela retirada

de direitos de setores considerados inimigos (VIEIRA, 2015, p. 97). Nesse sentido, fazendo uso de uma retórica autoritária, há por parte da ala governista, tentativas de emplacar normas que legitimem limitações do que pode ou não ser veiculado. O estado de exceção se impõe assim como “a forma legal daquilo que não pode ter forma legal (AGAMBEN, 2004, p. 06) e no caso concreto que se está a tratar é uma evidente afronta à liberdade de expressão e de imprensa, razão pela qual não poderia ser admitida no plano jurídico.

### **2.3 Violência contra jornalistas**

A violência contra os jornalistas não é um fato novo nem mesmo quando se trata em nível nacional. No entanto, os números que serão apresentados adiante evidenciam uma escala de agressões contra o segmento da mídia profissional, o que denota a necessidade desses profissionais se cercarem de maiores cuidados quando em atividade ou mesmo fora dela. São diversos os números de casos que por ora serão mostrados à guisa exemplificação do recrudescimento da violência contra os jornalistas nos últimos anos, os quais atestam o cenário de insegurança para os profissionais do meio midiático.

Os casos envolvendo ataques contra jornalistas tanto do gênero quanto do sexo feminino são alarmantes. Os resultados que serão vistos adiante mostram que houve um crescimento no número de agressões dirigidas aos jornalistas. Conhecer os agressores e o perfil desses ataques possibilita tomar medidas de precaução, evitando que esses profissionais adentrem para as estatísticas de violência ou mesmo passem por situações mais graves, como, por exemplo, o homicídio, como o caso de repercussão internacional que sucedeu com o jornalista inglês Dom Phillips e Bruno Pereira, servidor público do quadro dos indigenistas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Esse episódio de violência ocorreu em junho de 2022, na região denominada de Vale do Javari, em Atalaia do Norte, no estado do Amazonas, na região da Floresta Amazônica, do jornalista britânico Dom Phillips, juntamente com o indigenista Bruno Pereira. Este último era servidor público de carreira da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, criado pela Lei nº 5.371/1967, que

tem como missão institucional<sup>5</sup> proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Já o jornalista estrangeiro era um profissional que trabalhou para jornais de alcance internacional<sup>6</sup> como o *The New York Times*, *Financial Times* e *Washington Post*. A circunstância das mortes ocorreu diante um ambiente de hostilidade ao trabalho tanto do jornalista, quanto do indigenista, uma vez que eles investigavam atividades predatórias e ilegais na região. Inclusive o jornalista preparava um livro<sup>7</sup> sobre como salvar a floresta amazônica. Primeiramente, foi informado o desaparecimento dos profissionais, o que mobilizou uma intensa série de buscas por parte das forças de segurança. Segundo informado pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), o jornalista se dirigiu à região com o intuito de realizar entrevistas com os indígenas. O ataque se deu no retorno à cidade de Atalaia do Norte e os réus confessos, Amarildo da Costa de Oliveira e Jeferson da Silva Lima, segundo o Ministério Público Federal<sup>8</sup> foi o fato de Bruno ter pedido para Dom fotografar o barco dos acusados, o que acabou sendo classificado pelo próprio Ministério Público como motivo fútil.

Outro caso de agressão<sup>9</sup> a jornalista ocorreu no dia 21 de janeiro de 2019, na avenida das Flores, em Manaus, com o repórter fotográfico da Rede Calderaro de Comunicação, Jander Robson. O contexto de violência foi diante de um acidente de trânsito em que houve uma vítima fatal. No instante em que em que o jornalista tentava se aproximar do cenário para registrar o acidente, cinco homens, parentes da vítima, o agrediram e tomaram a máquina do repórter. Na ocasião, o profissional precisou de atendimento médico e foi encaminhado para um hospital em decorrência das agressões que sofreu.

---

<sup>5</sup> Informações extraídas do site da Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional#:~:text=Sua%20miss%C3%A3o%20institucional%20%C3%A9%20proteger,e%20fiscalizar%20as%20terras%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

<sup>6</sup> Assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/bruno-pereira-e-dom-phillips-um-crime-contra-os-povos-indigenas-e-liberdade-de-imprensa>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/11/amazonia-sua-linda-dom-phillips-reporter-britanico-desaparecido-escrevia-livro-sobre-como-salvar-floresta.ghtml>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

<sup>8</sup> O Ministério Público alega que a motivação da morte do indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips foi uma fotografia. Disponível em: <https://www.mpf.br/pgr/noticias-pgr/mpf-denuncia-tres-pessoas-pelo-assassinato-de-bruno-pereira-e-dom-phillips>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

<sup>9</sup> Repórter agredido ao tentar fotografar acidente de trânsito em avenida de Manaus. Disponível em: <https://www.acritica.com/manaus/fotografo-de-a-critica-e-espancado-e-tem-equipamento-subtraido-em-cobertura-1.77103>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

Já em Brasília, no ano seguinte, 2020, em protestos a favor do Presidente da República à época e contra Sérgio Moro e o Supremo Tribunal Federal (STF), registrado pelo jornal *Metrópoles*<sup>10</sup>, manifestantes agrediram jornalistas que tentavam fazer imagens do presidente, atacando-os fisicamente com socos, pontapés e xingamentos.

Ainda compondo um ambiente hostil aos jornalistas, ao sair de uma esfera de agressões físicas, no campo da ameaça, a violência também se fez presente nos últimos anos. Um exemplo disso pode ser destacado através das ameaças<sup>11</sup> sofridas pelo jornalista Jamil Chade, já em 2022, após publicar uma coluna que abordou o tema do ódio como instrumento político nas eleições. Não poderia ser tão irônico, o jornalista passou a ser atacado inclusive com ameaças de morte, conforme relatado pelo próprio canal *Universo Online* (UOL).

Por último, nessa parte, ao abordar o tema da violência contra jornalistas, não se pode deixar de relatar um dos mais tristes episódios da democracia brasileira, que foi o ataque aos três poderes da república, no dia 08 de janeiro de 2023. Nesse dia, além da tentativa de tomada do poder através de um golpe, ocorreram vários episódios de ataques a jornalistas. Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), ao menos 40 jornalistas sofreram algum tipo de agressão naquela fatídica data em que a democracia sofreu um duro golpe<sup>12</sup>.

Ante tudo isso, é possível depreender que a proteção aos jornalistas, até mesmo como reconhecimento da importância da informação como valor constitucional e de defesa da democracia são imperativos que o poder público deve preservar para sua continuidade.

## **2.4 Violência contra mulheres jornalistas**

A violência contra a mulher é um assunto que ganhou notoriedade nos últimos anos. No Brasil, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência

---

<sup>10</sup> Agressões a jornalistas em ato pró-governo contra o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e contra o STF. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/jornalistas-sao-agredidos-com-chutes-e-murros-em-ato-pro-bolsonaro-video>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

<sup>11</sup> O caso de ameaça contra o jornalista Jamil Chade. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/jornalistas-sao-agredidos-com-chutes-e-murros-em-ato-pro-bolsonaro-video>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

<sup>12</sup> Em torno de 40 jornalistas sofreram ataques no fatídico dia do ataque aos 3 poderes da república brasileira. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/11/jornalistas-agredidos-cobertura-abraji.amp.htm>. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

Contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, destacou três formas comuns de agressão: a violência física, psicológica e sexual. Apesar de amplos avanços, essa posição de evidência tem sofrido muitas perdas. Segundo indicam os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), o número de feminicídios no Brasil foi de 1.319. Esse número significa uma redução de apenas 2,4% quando comparado com 2020.

Esses dados seriam motivos para a criação de uma política pública eficaz no que diz respeito à vida das mulheres, tão expostas nesses últimos tempos. Ocorre que há um recrudescimento de casos que envolve violência contra as mulheres e no caso das mulheres jornalistas não há nenhum tipo de privilégio. Ao contrário, os ataques têm sido bastante frequentes, ousados e carregados de ódio. Cria-se um problema quando a agressividade toma o lugar de motor incontestável das emoções. (...) Num contexto cultural favorável, a prática da virilidade selvagem pode descambar facilmente para a naturalização da violência (TREVISAN, 2021, p. 20). Alguns exemplos de ataques sofridos podem ser elencados, como registro de atos que configuram verdadeiros crimes contra a dignidade e, em última instância, atentam contra a própria vida de profissionais que dedicam com afincado seu tempo na labuta pela busca da notícia para que o cidadão seja bem informado e não peça num jogo em que a informação não compõe esse tabuleiro.

Um caso que chamou bastante atenção pelo teor de agressividade foi sofrido pela jornalista Patrícia Campos de Mello, em 2018, durante a cobertura sobre financiamento de campanhas nas plataformas digitais. Grupos raivosos direcionaram seu ódio para a jornalista, que nada mais fez do que apurar notícias relativas ao que naquela época poderia ser um possível envolvimento do então candidato à presidente da República, o Sr. Jair Messias Bolsonaro, com grupos que atuavam com a difusão de mensagens difundidas por robôs para insuflar sua campanha, de modo que as pessoas passavam a serem bombardeadas com alto número de informação e boa parte dessas com relatos inverídicos sobre candidatos da oposição, como uma forma de atingir a honra de seus opositores. Nesse episódio a jornalista recebeu uma chuva de mensagens pelas redes sociais com ameaças não só a ela, mas a sua família, ligações telefônicas, xingamentos, palavrões, falsas acusações, a ponto de até mesmo o então presidente embarcar na propagação de uma *fake news* que repercutiu em rede nacional, ao afirmar, em tom de deboche, que essa repórter, que atuava na Folha de São Paulo, estava “queria dar um furo”. Nas palavras do

presidente: “ela queria dar um furo a qualquer preço contra mim”<sup>13</sup>. Essa fala repercutiu de maneira avassaladora na vida da jornalista.

Outro caso aconteceu em 2018, no período da greve dos caminhoneiros. Nesse episódio<sup>14</sup> de violência, a ex-jornalista da SBT, Rachel Sheherazade, simplesmente porque criticou o presidente Jair Bolsonaro, sofreu uma série de ataques virtuais com ameaças de morte que se estendeu a seus familiares. Segundo a repórter, a origem dos comentários agressivos a sua reputação e com as ameaças partiam do que foi denominado escritório do crime, que posteriormente foi alvo da CPI das *fake news*. Campanhas de desinformação têm sido utilizadas com frequência com o propósito de manchar a reputação de várias pessoas. Entre elas estão os jornalistas que noticiam fatos contrários às ideias defendidas pelo atual governo ou mesmo quando denunciam práticas antirrepublicanas.

A jornalista Vera Magalhães, à época colunista do jornal Folha de São Paulo, atualmente comentarista da Central Brasileira de Notícias (CBN) e apresentadora da TV Cultura, foi outra mulher vítima da escalada de violência no Brasil nos últimos anos. Após publicar a notícia de uma convocação nacional contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional, veiculada via *whatsapp*. Esse fato foi o bastante para a jornalista sofrer diversos tipos de ataques, como adulteração de *prints*, montagens visando a ridicularizar sua credibilidade profissional e calúnias feitas por grupos anônimos, grupos organizados e até parlamentares. A repórter teve ainda informações de seus filhos expostas, postagens de tweet incitando ataques à jornalista por parte de um dos filhos do presidente, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), além de outros aliados do meio político que proferiram insultos misóginos e machistas contra Vera Magalhães.

Mais uma jornalista que sofreu ameaças no exercício de sua atividade foi a jornalista Juliana Dal Piva. Dessa vez, as ameaças tiveram início por conta da publicação do último episódio de um *podcast* da Uol, conhecido como “A vida secreta de Jair”, produto resultado de uma investigação que começou em 2018, visando coletar informações a respeito das suspeitas de que assessores do presidente da república Jair

---

<sup>13</sup> Afirmação do Presidente Jair Messias Bolsonaro, feita em 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/18/interna\\_politica,828834/bolsonaro-sobre-reporter-da-folha-ela-queria-dar-um-furo-jornal-reage.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/18/interna_politica,828834/bolsonaro-sobre-reporter-da-folha-ela-queria-dar-um-furo-jornal-reage.shtml). Acesso em 05 de jun. de 2022.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/sheherazade-diz-sofrer-ameacas-de-morte-desde-que-ousou-criticar-bolsonaro/>. Acesso em 05 de jun. de 2022.

Messias Bolsonaro, e 3 (três) dos seus filhos, também figuras da política, não atuavam como assessores. Nesse *podcast*, o nome de Frederic Wassef, advogado do atual presidente da república, foi mencionado diversas vezes, o que gerou nesse profissional um sentimento de revolta. Em resumo, em ameaça feita por *whatsapp* o advogado atribuía à repórter a defesa de um viés político de esquerda e acrescentava que ela fosse para a China e lá fizesse um trabalho nos moldes do que foi veiculado. Lá ela desapareceria de uma maneira tal que não seria possível encontrar seu corpo<sup>15</sup>.

Esses casos, além da violência, contém um elemento importantíssimo: o gênero. Esse traço é fundamental para discutir como as mulheres enfrentam uma gama de obstáculos para exercer os seus ofícios, pois os ataques, como descritos, em sua maioria se direcionam para o estereótipo feminino e não para questões ligadas ao desempenho profissional. Tenta-se reduzir o trabalho das jornalistas por serem mulheres, não porque porventura cometeram algum erro técnico. O que ocorre hoje com certa frequência é a naturalização do desrespeito, a perpetuação da violência dirigida contra a classe jornalística de modo geral. Contudo, como aqui retratado, no caso das mulheres, essas agressões são desvirtuadas não por questionamentos plausíveis quanto a deslizes cometidos ou mesmo por uma eventual falta de técnica. Pode-se então depreender que há uma tentativa de redução do papel da mulher no campo profissional ou mesmo sua intimidação, já que de outro lado, uma característica do século XXI é que a luta das mulheres por igualdade em direitos, apesar das muitas forças em sentido contrário, tem ganhado projeção não somente no Brasil, mas também em outras partes do mundo.

A defesa da liberdade de imprensa é também a defesa da democracia. A intimidação por meio de atos violentos abre espaço para que se implante no Brasil um estado subserviente em que não existe compromisso com fatos, mas tão somente a difusão das ideias alinhadas com os detentores do poder. A violência nesse cenário atua como uma ferramenta de instalação do medo, que paralisa e obsta a diversidade, a pluralidade de ideias, elementos caros à democracia. O ambiente das mídias sociais foi transformado de mero diversionismo a um lugar hostil, carregado de ódio, uma arena em que os agressores passam grande parte do seu tempo disseminando ódio gratuito e praticando ataques reputacionais tanto à esfera subjetiva do indivíduo quanto de empresas de

---

<sup>15</sup> Matéria veiculada no Uol, que revela o ataque do advogado Frederic Wassef à jornalista Juliana Dal Piva. Disponibilizado em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2021/07/09/advogado-do-presidente-ataca-colunista-do-uol.htm>. Acesso em: 27 de ago. 2022.

comunicação. Quando repórteres se sentem vigiados o provável é que recuem de suas investigações e isso fará com que a sociedade não tenha acesso a informações de seu interesse (CHRISTOFOLETTI e TORRES, 2018). E é justamente por considerar a relevância do papel da imprensa dentro de uma democracia e as múltiplas tentativas do seu silenciamento que Almeida e Carmo (2021, pp. 152-153) asseveram o seguinte:

Quando qualquer pessoa pode disseminar informações para uma rede de contatos, sejam essas informações verdadeiras ou falsas, o papel do jornalismo profissional ganha ainda mais importância. Nesse sentido, a principal contribuição da imprensa para a sociedade é garantir que os cidadãos tenham acesso às notícias devidamente checadas a respeito das informações de que necessitam para se autogovernar. [...] Tanto é assim que aqueles que objetivam atacar as liberdades individuais de uma sociedade voltam-se, em primeiro lugar, para a sua imprensa (ALMEIDA e CARMO, 2021, pp. 152-153)

Os ataques contra a imprensa se revestem das mais variadas formas de coação: ameaças, insultos, ridicularizações, etc. Entretanto, uma delas merece ênfase, pois se manifesta por meio da instrumentalização do aparato judicial. Isso se constata diante de situações em que empresas de grande porte ou mesmo pessoas que possuem alto poder aquisitivo ingressam com ações junto ao poder judiciário como meio de intimidação aos profissionais do ramo jornalístico. Dessa forma, o que se pretende é fazer com que deixem de veicular informações que podem comprometer a empresa ou o indivíduo detentor de poder na sociedade. Uma avalanche de processos é capaz até mesmo de impedir o trabalho do jornalista que, diante de diversos processos, não consegue nem mesmo cumprir suas tarefas profissionais. Cabe destacar que muitas vezes os processos são abertos em municípios distantes do domicílio do jornalista, o que torna o processo ainda mais desgastante e oneroso. Essa é também uma forma de cercear o acesso à informação, pois aquela notícia que deveria ser veiculada passa a ser silenciada, já que o jornalista se vê numa situação difícil até mesmo para exercer seu direito de defesa haja vista a necessidade de ter que contratar serviços advocatícios.

Portanto, diante dessa prática, nota-se que processos que correm na justiça contra jornalistas nem sempre são utilizados visando o alcance de fins legítimos, mas podem ser utilizados para uma tentativa de calar a mídia, fazendo com que ela não cumpra aquilo que é sua função: informar. A instrumentalização do judiciário mediante a possibilidade de uma possível condenação, seja pela via cível, através do pagamento de altos valores de indenizações em ações que se requerem danos morais, ou pela criminal, são práticas capazes de desvelam em alguma medida um certo tom de ameaça, o que não é de modo

algum uma forma de se promover justiça, já que configura uma total desvirtuação de sua finalidade.

Em agosto de 2020, Ricardo Sennes, comentarista da TV Cultura, foi vítima desse tipo de artifício, quando teve que responder a uma série de 67 ações em 35 cidades distintas por ter tecido críticas ao presidente da república contra a medida adotada para revogar portarias do exército visando o controle de armamentos.

Atualmente, 2 (duas) ações diretas de inconstitucionalidade estão para ser discutidas no STF: a ADI 6.972, em que figura a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a ADI 7.055, em que a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) integra a ação. Nelas esses questionamentos que aqui foram expostos serão analisados pela Suprema Corte.

Segundo dados da UNESCO, no período compreendido entre 1995 a 2018, o Brasil foi considerado o sexto país do mundo que mais oferece risco a jornalistas. Esse dado aponta a necessidade de maior cuidado desses profissionais quando da execução dos seus trabalhos, uma vez que a insatisfação por parte daqueles que agem em segredo cometendo atos ilícitos procuram impedir que veiculações sobre seus feitos cheguem ao conhecimento da sociedade. O artifício que recorrem é o emprego da violência.

## **2.5 A utilização dos recursos digitais como armas na escalada da violência direcionada aos jornalistas**

O avanço tecnológico e o crescimento das plataformas possibilitaram o ampliação da informação. Apesar disso, a difusão de informações falsas também alcançou um patamar evolutivo no decorrer do tempo. Nessa linha, as tentativas de silenciamento de setores da mídia também têm aumentado, uma vez que a informação é um fator importante para a imagem e reputação do indivíduo, esse quesito ganha maior importância quando se trata de pessoas públicas. Os ataques aos profissionais da informação buscam fazer com que o medo se instale e assim silencie a divulgação da notícia, já que a informação mune as pessoas de conteúdos que podem fazer com que passem a se questionar sobre determinados fatos, além de empoderá-las por meio da consciência e reflexão sobre seus próprios direitos.

O professor titular de Literatura Comparada da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ), João Cezar de Castro Rocha, em seu livro intitulado “Guerra Cultural e Retórica

do Ódio” chama atenção para o desenvolvimento da massa como sujeito ao rememorar que a manipulação do senso comum fez uso da tecnologia de comunicação dominante em sua época, inculcando na mente das pessoas um modo de pensamento. Ele retrata o fato de que no século XIX, a manipulação do pensamento se deu pela veiculação do texto impresso; já no século XX, esse mesmo artifício foi difundido através do recurso audiovisual; atualmente esse mecanismo ocorre por meio das mídias digitais (ROCHA, 2021, p. 306). Nesse quesito, é importante ressaltar que a campanha do candidato Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, foi feita massivamente por meio do uso de uma dessas mídias: *o whatsapp*. Um estudo<sup>16</sup> realizado em 2022 sobre as redes digitais calculou que o Brasil tem hoje cerca de 171,5 milhões de usuários ativos nas redes sociais. Esse número representa algo em torno de 80% da população brasileira. Isso significa dizer que as redes sociais se mostram bastante efetivas quando se deseja circular notícias em massa.

Há iniciativas com o objetivo de tornar as redes sociais um espaço de convivência mais civilizado, diferente do ambiente de desavenças e intrigas que tem se mostrado devido à intolerância contra posições contrárias, isso quando o meio digital não se transforma num local em que se cometem crimes propriamente ditos, pois a possibilidade da criação de perfil falsos abre espaço para que o ódio, as ameaças, e os três crimes contra a honra, insertos Código Penal, injúria, calúnia e difamação sejam constantemente praticados. Exemplo desses normativos são a Lei nº 12.965/2014, mais conhecida como Marco Civil da Internet; a Lei nº 13.709/2018, popularmente propagada como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), diversas atualizações na Lei nº 7.716/1989, que trata sobre o racismo; a Lei nº 13.642/2018, que visa o combate a propagação do ódio contra as mulheres. Nesse quesito, é importante ressaltar a possibilidade de mais um dispositivo que tem o objetivo de unir-se às demais leis, que é o projeto de lei de combate às *fake news*, que tramita nas casas legislativas como PL 2630/2020.

O aparato tecnológico, ao mesmo tempo em que permite a difusão da informação, passa a ser utilizado como um meio de vigilância constante do que acontece no ambiente das redes e, não raramente, o anonimato por parte de alguns agressores confere maior ousadia para a materialização desses ataques. Sob essa ótica, a ideia defendida por Michel

---

<sup>16</sup> Pesquisa sobre resultados digitais retrata o número de usuários de redes sociais no Brasil. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/estatisticas-redes-sociais/#:~:text=No%20Brasil%2C%20s%C3%A3o%20171%2C5,usu%C3%A1rios%20de%202021%20para%202022>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

Foucault em *Vigiar e Punir* também pode ser explorada ao mostrar como as prisões funcionavam e como elas eram projetadas visando à vigilância constante dos encarcerados. Esse paralelo pode ser traçado na atual sociedade, guardadas as devidas proporções, haja vista que se está a falar não de violadores da lei, no caso, os jornalistas, mas que de alguma forma têm suas ações monitoradas por grupos que cometem atos violentos e numa perspectiva de silenciamento da informação, antidemocráticos.

A concentração de poder nas mãos de poucas famílias que colaboraram com os governos militares dificulta o controle da pluralidade de vozes e impede o combate à desinformação, pois permite que sejam divulgadas uma versão única sobre os fatos e na disputa ou mesmo em busca da manutenção da estrutura de poder, não poucas vezes as informações que são disseminadas são enviesadas.

O jornalismo aponta os abusos por parte de quem ocupa o poder, pois tem o papel de levar a informação à sociedade. De outra, forma é dizer que a imprensa exerce a função de vigiar excessos daqueles que estão no poder. Por essa razão, a perseguição ao jornalismo profissional é uma tentativa evidente de calar a verdade sobre fatos. A pesquisadora Gisele Dotto Reginato (2018, p.5) num artigo publicado sobre as finalidades do jornalismo elenca as funções do segmento as quais algumas passam a serem expostas: fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; informar; esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade, verificar a veracidade das informações; investigar; registrar história e construir memória; interpretar e analisar a realidade. Apresentadas essas funções, as quais são significativas e de extrema relevância para o público em geral, é mister perceber que o jornalismo profissional, não obstante os massivos ataques através do mal uso das mídias digitais, cumpre um papel fundamental para a permanência e maior amadurecimento da democracia no Brasil.

## **2.6 Construção da figura do inimigo – Carl Schmitt em pleno século XXI**

Schmitt, jurista alemão e membro do partido nazista, entendia a relação política como uma construção social baseada na ideia de amigo-inimigo, ou seja, do "nós contra eles". Sua linha de pensamento defende que não há uma relação direta e naturalmente política. Basta reconhecer o inimigo dentro de uma escala binária. O problema desse pensamento é que o reconhecimento se dá com base na própria convicção do sujeito e, se há um inimigo, conseqüentemente, o comportamento mais apropriado para a situação é que se veja como participante de uma guerra. É nesse sentido que Hannah Arendt (2022,

p. 57), em sua obra *Sobre a Violência*, afirma que o uso da razão nos torna perigosamente irracionais. A convicção absoluta das próprias ideias faz com que as pessoas assumam comportamentos inapropriados e iracundos, que fogem a racionalidade que se espera de um indivíduo em seu estado de normalidade. Dessa forma, qualquer relação pode ser politizada com base na ideia de amigo-inimigo. Porém, essa visão oferece o risco do totalitarismo, não havendo respeito ao diferente, ao pluralismo. Quando um indivíduo, para ser a favor de uma ideia, tem que necessariamente ser contra outra, está muito mais próximo do totalitarismo que de uma democracia. Na obra de Lilia Schwarcz, que desmistifica vários mitos apregoados aos quatro cantos do Brasil, intitulada *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, registra-se a seguinte passagem:

(...) é de bom alvitre selecionar um bom inimigo, daqueles a quem é possível endereçar muita raiva e contraposição; desautorizar seu discurso para legitimar o próprio. É comum à estrutura de tais narrativas mostrar um verdadeiro desapego à realidade. Melhor criar uma, desde que ela se mantenha dividida entre o “nós” e o “eles”, e apegada emocionalmente a falsas certezas (SCHWARCZ, 2019, p.197).

A autora ainda ressalta o pensamento carregado de ódio e violência ao retratar em seus escritos a visão simplista e binária sobre matizes ideológicas, o que tem resultado em intolerância e agressões físicas, desconstituindo o mito do brasileiro pacífico:

(...) Em lugar do “ritual da tolerância”, passamos a praticar o oposto; o confronto e a expressão aberta da polaridade que, como vimos mostrando, sempre existiu na nossa história, mas andava silenciada. Talvez por isso, hoje em dia muitos brasileiros não se preocupem mais em se definir como pacíficos; preferem desfilarem sua intolerância. (...) Essa crença em códigos binários tem a capacidade de dividir o mundo a partir de ladainhas que só funcionam à custa do exercício contínuo de narrativas, igualmente, binárias: honestos ou corruptos, o bem versus o mal, grupos familiares opostos a indivíduos degenerados, aqueles que se identificam com a religião contra os agnósticos e destituídos de crenças, o novo que contradiz o velho. O funcionamento dessas polaridades produz, por seu turno, uma lógica de ódios e afetos que contamina não só a compreensão e a avaliação das instituições públicas, mas também o dia a dia das relações pessoais. A razão binária produz, ainda, um sentimento beligerante de contraposição, que gera desconfiança diante de tudo que não faça parte da própria comunidade moral: a imprensa, os intelectuais, a universidade, a ciência, as organizações não governamentais, as minorias e os novos agentes políticos. (SCHWARCZ, 2019, pp.196-197).

Nessa lógica que se difunde o ódio contra quem antes era adversário e que agora passa a ser considerado inimigo. A relação política acaba sendo construída com base na escolha de um inimigo comum. Schmitt critica a democracia parlamentar ao apontar uma contradição. Para ele, a democracia deveria se caracterizar pela identidade direta entre governante e governados. O representante não passa de uma invenção burguesa para manter privilégios e assim tal identidade não se concretiza, estando condenada ao

fracasso. Schmitt defende uma democracia com um governante hábil, carismático, ditador, que seja capa de conectar-se com o povo, passando a promover uma correspondência direta entre governante e governados.

A retórica atual remonta a um período que dista apenas de menos de um século e, por essa razão, as sombras do autoritarismo espreitam a democracia, apesar dos 21 anos de uma ditadura, que mostra, apesar de cruel, ainda fazer parte do imaginário saudoso de uma parcela dos brasileiros. Aquilo que poderia servir como memória para não ser jamais repetido, é aclamado despidoradamente com faixas, buzinas e camisas da seleção brasileira. Como afirmou Paulo Sérgio Pinheiro no documentário intitulado *Paradoxos: 30 anos de democracia e direitos humanos no Brasil (2020)*, do Núcleo de Estudos da Violência, que retrata uma realidade bastante atual, o autoritarismo não morre, ele fica adormecido em banho-maria. Com isso verifica-se, ainda nos dizeres de Pinheiro (2020), que muito embora os anos de chumbo tivessem passado, os governos civis não significaram o fim do autoritarismo. É a crueldade livre e em ritmo de festa na avenida, um verdadeiro carnaval de horrores perpetrado por pessoas que não reconhecem a violência como um mal a ser extirpado, mas como uma ferramenta necessária para sair de um estado de putrefação para a glória divina. Nesse último, há um forte apelo para pautas ditas cristãs, como a defesa da família, criminalização do aborto e das drogas, proibição de práticas homossexuais, etc. Para além dos dogmas, se ramifica para a redução da maioria penal, porte de armas para cidadão comum, defesa da castração química de estupradores, morte de bandidos, apenas aqueles que são percebidos como inimigos da nação, etc.

Vale aqui destacar que não são somente essas pessoas que atacam jornalistas. No entanto, entender esse contexto será relevante até mesmo para compreender os dados que serão apresentados mais adiante através da pesquisa junto a entidades jornalísticas que atuam em prol da defesa de sua própria classe, e não somente, mas também como agentes guardiões da democracia, pois sem informação íntegra, responsável e comprometida, a sociedade fica à mercê dos populistas.

A polarização no campo social estimulado pela política dá voz, não raras vezes, a discursos extremistas e carentes de fundamento. A Pesquisa feita pelo *Edelman Trust Institute*, instituição que promove estudos acerca da confiança e credibilidade em empresas, ONGs, governo e mídia, divulgada através por meio da 22ª Edição da Pesquisa

Edelman Trust Barometer 2022, no período compreendido entre 01 a 24 de novembro de 2021, aponta para a perda de credibilidade e confiança das pessoas no governo e na mídia. Dados como esse reforçam que hoje, no Brasil, vive-se um ambiente de intensa polarização política e que num contexto de desconfiança dos cidadãos nas mídias jornalísticas, este pode ser um fator que contribui para os casos de violência cometidos contra os jornalistas. Segundo César (2021, p. 142) a maioria das pessoas que foram entrevistadas nessa pesquisa acredita que a mídia trabalha para desinformá-las. Diante disso, ainda nas palavras da autora:

(...) perdemos a capacidade de confiar uns nos outros e, conseqüentemente, de colaborar com as boas causas, uma vez que colaboração pressupõe confiança. Até as igrejas — espaços tradicionalmente associados à formação de vínculos de amizade e solidariedade — viraram campos de batalha ao serem cooptadas pelo espírito da época, por radicalismos e ideologias políticas extremistas. É como se tivéssemos desaprendido a discordar civilmente. Tudo virou uma luta do bem contra o mal. Se você pensa alguma coisa diferente de mim em qualquer aspecto, você é do mal, então não apenas eu não concordo com você, como acho que você nem deveria existir. Eu o cancelo (CÉSAR, 2021, p. 142).

A desconfiança destacada pela autora fundamenta-se num discurso baseado na retórica já destacada do amigo-inimigo, posição esta defendida por Carl Schmitt. Com efeito, essas posições são formas de silenciamento do debate, já que apenas um lado merece ser ouvido. Erguem-se muros onde poderia haver diálogo, pois a visão de mundo maniqueísta restringe os espaços públicos de debate, empobrece a indicação de alternativas possíveis ao adotar uma visão monocular, em que apenas indivíduos que partilham dos mesmos pensamentos e valores são dignos de serem considerados como sujeitos de direito. Cria-se o “lado de cá”, contra o “lado de lá”, os patriotas e os inimigos da nação, que por essa orientação, devem ser aniquilados. Perde-se a identificação com o outro, aqueles que antes eram amigos tornam-se, de uma hora para a outra, oponentes que desejo ver seu extermínio para poder celebrar uma vitória. A vigilância constante torna-se método útil de controle de divergências. Assim, tudo aquilo que não se encaixa com os ideais apoiados pelo grupo a que se pertence, não só pode, como deve ser destruído para o bem de todos. Cria-se, dessa maneira, uma áurea baseada na intolerância às diferenças, em que a violência passa a ser utilizada como método de solução dos conflitos (GOMES, 2018, p. 153).

Nota-se então que a violência acaba sendo uma prática legitimada muitas das vezes por instituições que deveriam reprimir atos violentos, acabam se tornando organizações que ecoam e dão maior projeção para tais condutas. Hoje, observa-se que até mesmos as polícias, que tem por função proteger a sociedade, em diversas ocasiões,

já fizeram uso da violência contra aqueles a quem devem proteger. Exemplo disso ocorreu em Recife, onde num protesto pacífico contra o governo federal a atuação da polícia resultou em tiros de balas de borracha, levando dois homens a perderem a visão, o que provocou o afastamento dos agentes de segurança envolvidos no caso<sup>17</sup>. Não é à toa que uma pesquisa intitulada *Perigos da Percepção*, divulgada em 2015, com 33 países de todos os continentes, realizada pelo instituto britânico Ipsis Mori, classificou o Brasil como o terceiro país mais ignorante quando o assunto se refere ao conhecimento de sua própria realidade<sup>18</sup>. Apesar dos investimentos na área de educação no âmbito público e privado, principalmente no período que vai de 2005 a 2014, ao menos no que diz respeito ao nível de recursos destinados, eles não foram suficientes para erradicar a ignorância, nem obter um ideal de civilidade das pessoas ou grupos que, motivados pelo ódio, medo, raiva ou mesmo aversão, não toleram o convívio pacífico com aqueles que sejam ou pareçam diferentes (STEFANI, et al. 2020).

A disseminação de inverdades coloca em xeque as democracias. Como afirmam Levitsky e Ziblatt (2018, p. 151) na obra *Como as Democracias Morrem*: “Falsas acusações de fraude podem minar a confiança pública em eleições – e quando cidadãos não confiam no processo eleitoral, muitas vezes perdem a fé na própria democracia”.

Tal fato permitiu a chegada de um antigo político com opiniões abertamente antidemocráticas, que guardam estreitas relações com a crítica à democracia parlamentar defendida por Carl Schmitt.

A democracia parlamentar, na visão de Schmitt, tinha sua representatividade comprometida, abrindo assim espaço para um jogo de cartas marcadas em que o interesse público se tornava algo cada vez mais distante. Portanto, entusiasmar as massas passa a ser essencial para fazê-las acreditar que alguém carrega consigo o sentimento do povo, destemido carismático e que concentre as decisões importantes sobre si é a solução mais adequada para sair de um sistema defeituoso em sua origem (BUENO, 2012).

Portanto, permitir que defesas nessa linha ganhem espaço num ambiente democrático, rotulando aqueles que não se enquadram na mesma forma de pensar como inimigos do Brasil, são formas claras de isolamento e embate, além de tentativas de

---

<sup>17</sup> Notícia mostra atuação da PMPE, em Recife, diante de um protesto pacífico contra o governo federal. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/ pernambuco/noticia/2021/05/30/homens-atingidos-pela-pm-com-balas-de-borracha-nos-olhos-perdem-parte-da-visao-eles-nao-estavam-em-protesto-contra-bolsonaro-dizem-parentes.ghtml>. Acesso em 06 de jun. de 2022.

<sup>18</sup> Estudo aponta o Brasil como o 3º mais ignorante num estudo em que 33 países de todos os continentes foram participantes. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ideias/brasil-e-o-terceiro-pais-mais-ignorante-do-mundo/>. Acesso em: 06 de ago. de 2022.

encerrar o debate construtivo numa sociedade que deve respeitar a pluralidade para se dizer um estado democrático de direito.

Assim, ataques e estímulo ao ódio pelo diferente podem ser uma boa resposta para a crise política que o país se encontra nesses últimos anos? Manifestações contra as instituições democráticas, acusações divulgadas nas mídias sociais, ataques à imprensa, a outros países, descredibilizar a ciência são maneiras de construir um novo Brasil?

Tudo isso é conteúdo a ser discutido no decorrer deste trabalho, como, por exemplo, os efeitos que essas armas de constantes ataques ao diferente e o estímulo a uma guerra cultural provocam na sociedade brasileira, além dos possíveis riscos à jovem democracia.

Ao final, serão apresentadas alternativas possíveis para uma convivência pacífica em meio à diversidade, através do respeito ao indivíduo como seres de direito e detentores de garantias fundamentais estatuídas na Constituição, a qual é a base jurídica e política de sustentação de um país. Nesse momento, ante as ameaças promovidas por alguns grupos que pedem intervenção militar, nos moldes de 1964, urge a elaboração de novas rotas, construídas sob pilares sólidos, que possibilitem o redirecionamento e fortalecimento da democracia, sem flertes com o autoritarismo.

## **2.7 Intolerância e sua relação com a violência contra os jornalistas**

A intolerância, segundo Abranches (2019, p. 15), resulta de uma necessidade de certeza de indivíduos que possuem visão acrítica, extremada, enviesada e extremada sobre o mundo que os cerca. Nesse ínterim, o intolerante julga sua moral, culturas, práticas e conceitos superiores a quaisquer ideias divergentes, ou seja, não aceita o diferente, rejeita a pluralidade e isso empobrece seu argumento (HAIDT, 2013). As visões de mundo não são postas em construtivamente em um debate sadio, simplesmente são expostas baseadas no ódio ao opositor. Dessa forma não se defendem seus próprios desejos, mas aquilo que são, pois projetam em seus líderes não a defesa de ideias semelhantes, mas aquilo que são. É a partir desses estereótipos que emerge a radicalização, que traz à tona posições extremistas que dão azo a sentimentos de repulsa, medo, ódio e desprezo pelo que lhe é estranho (APPIAH, 2018). Há, por assim dizer, uma espécie de projeção do eu na figura do líder, o que possibilita os indivíduos a serem intolerantes com o outro. Diante dessa afirmação, nota-se um profundo distanciamento do perfil do intolerante para com o método científico. Esse último se abre para a

refutabilidade<sup>19</sup>, de forma tal que se consolida justamente por enfrentar os questionamentos e superá-los. Portanto, a ciência se permite a mudanças e por isso é dinâmica, isto é, está em contínuo processo de evolução, que possibilita transformações ou mesmo a quebra de paradigmas. Por não ser estanque, proporcionou grandes saltos na história da humanidade<sup>20</sup>.

Contudo, a incompreensão, ou a necessidade do prevaecimento da própria posição a qualquer preço faz com que as notícias divulgadas que não convergem na mesma linha de pensamento sejam tomadas por absurdas, por vezes imorais, o que alimenta um grau de hostilidade, alimentando o sentimento e repulsa. A este fenômeno se dá o nome de dissonância cognitiva<sup>21</sup>, pois mesmo que os fatos noticiados apontem para uma outra esfera de entendimento, certos indivíduos se apegam a quaisquer posicionamentos, mesmo que desprovidos de sentido, tão somente para confirmar suas crenças. É um tipo de não aceitação da realidade, de não querer lidar com o adverso, pois fazê-lo geraria certo grau de desconforto.

A intolerância possui, assim, algumas características que permitem sua identificação, são elas: a existência de pelo menos um agressor, pessoal, coletivo ou institucional; a presença de atos de agressões e violências perpetrados contra indivíduos, grupos ou coletivos, ou seja, a existência de práticas de discriminações e não somente de manifestações de preconceitos; a institucionalização da omissão, falta de apoio, negligência, indiferença, por parte de indivíduos, instituições, organizações e Estado, no acolhimento das vítimas das agressões e violências (FACHINI, MENEGHETTI e STEFANI, 2020, p.34).

Muito embora o ser humano não deseje passar por determinadas situações, o fato é que existem variáveis que não podem ser controladas pelo homem. Por essa razão, por mais que não se queira, algumas realidades não podem ser modificadas. Ao noticiar fatos,

---

<sup>19</sup> Conceito epistemológico da Filosofia cunhado por Karl Popper, em 1930, que afirma que uma teoria é científica quando é refutável, isto é, quando se permite ser questionada através de um processo dialético de construção do conhecimento.

<sup>20</sup> A história da humanidade é retratada num *best-seller* internacional publicado pela primeira vez em 2011, escrito pelo professor israelense de História Yuval Noah Harari intitulado *Sapiens: Uma Breve História da Humanidade*.

<sup>21</sup> A dissonância cognitiva foi descrita em 1957 por meio de uma teoria defendida por Leon Festinger, professor da *New School for Social*. Esse fenômeno caracteriza-se por um estado de desconforto emocional provocado pela percepção de que certos conteúdos mentais, como, por exemplo, opiniões, comportamentos e crenças estão em contradição. Disponível em: <https://www.revistaquestaoodeciencia.com.br/artigo/2021/01/13/dissonancia-cognitiva-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em 30 de jul. de 2022.

o jornalismo busca levar a informação a todos os ouvintes. O compromisso do jornalista ao comunicar deve ser com a verdade, do contrário, o enviesamento levaria a uma informação inverídica que, conseqüentemente, engendraria uma perda de legitimidade do canal emissor da (des)informação.

Os diversos casos consumados ou as tentativas de silenciar jornalistas através de ameaças, agressões físicas ou ofensas configuram ataques que ferem não somente o profissional atingido, mas também a democracia. Num estado democrático de direito, deve-se coibir qualquer tipo de comportamento que vise calar o direito à liberdade de imprensa, pois este é um direito fundamental estatuído na Constituição da República Federativa do Brasil. Por isso, há de ser protegido, mesmo porque o direito à informação diz respeito não somente a um, mas ao coletivo de cidadãos que formam a nação brasileira.

A prática descrita aqui não é nova. Já em 1997, a repórter Elvira Lobato, da Folha de São Paulo, foi alvo desse tipo de perseguição após divulgar matéria sobre práticas financeiras indevidas no seio da Igreja Universal do Reino de Deus, que promoveu centenas 111 ações como forma de retaliação através dos seus membros<sup>22</sup>. A ideia era pulverizar as ações em vários tribunais, uma forma de dificultar a defesa e provocar gastos exorbitantes para a instituição. Um outro caso que se soma a esse e a muitos outros pelo Brasil contra o jornalismo guarda relação com o discurso intolerante promovido pelo Chefe do Executivo, na tentativa de minar vozes que se opõem a ele, só que dessa vez com grandes prejuízos materiais. O episódio ocorreu no município de Olímpia, interior norte de São Paulo, em 2021, circunstância na qual um militar, que pertencia ao Corpo de Bombeiros da região, ateou fogo numa redação da Folha local por não compactuar com as críticas contra o governo federal veiculadas por essa mídia com relação à condução da pandemia de covid-19<sup>23</sup>.

Assim, a intolerância é, portanto,

---

<sup>22</sup> Caso envolvendo assédio judicial com a jornalista Elvira Lobato, que acompanhou a expansão da rede de televisão e rádio da Igreja Universal do Reino de Deus. A prática fez com que a jornalista fosse neutralizada em suas revelações. Disponível em: [https://cultura.uol.com.br/noticias/14935\\_foi-tao-impactante-que-acabou-precipitando-minha-aposentadoria-diz-elvira-lobato-jornalista-vitima-de-assedio-judicial.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/14935_foi-tao-impactante-que-acabou-precipitando-minha-aposentadoria-diz-elvira-lobato-jornalista-vitima-de-assedio-judicial.html). Acesso em: 30 de jul. de 2022.

<sup>23</sup> Homem incendeia Jornal no município de Olímpia, em São Paulo. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/policia-identifica-homem-suspeito-de-incendiar-jornal-em-olimpia-sp>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

A incapacidade, falta de disposição ou de condição mental de sujeitos (indivíduos e coletivos) reconhecerem ou respeitarem as diferenças de outras pessoas nas suas diversas formas de ser, sentir, pensar e agir. A intolerância é acompanhada de atitudes hostis (inclusive omissões e negligências), atos de agressividades e práticas de violências em relação aos outros, pessoas ou coletivos específicos (FACHINI, MENEGHETTI e STEFANI, 2020, pp. 33-34).

Esse fenômeno se constata nos diversos casos que foram narrados nesta pesquisa praticados contra os jornalistas, que têm enfrentado dificuldades na realização dos seus trabalhos. Em tempos passados não muito distantes, identificar-se como jornalista em eventos, manifestações e protestos era uma credencial respeitada para ingressar em espaços não acessíveis ao cidadão comum. Atualmente, a identificação de um repórter em determinados atos, tem gerado um tipo de ojeriza que coloca em risco suas vidas devido às potenciais agressões a que são expostos e que não raras vezes se concretizam.

## **2.8 Entidades que atuam em defesa dos jornalistas**

Algumas entidades ao perceberem esse quadro de violência contra os jornalistas, tomaram iniciativas importantes no exercício de uma função de suporte para esses profissionais. Nas mais diversas áreas têm ocupado um papel relevante na defesa dos direitos humanos, no que diz respeito à saúde mental, na área financeira, educativa e também jurídica. Muitas dessas organizações, inclusive, foram até mesmo premiadas pelas suas atuações em defesa do jornalismo. Algumas delas podem ser elencadas por destacam-se no exercício de tão importante papel:

- Instituto Tornavoz - atua em defesa da liberdade de expressão de jornalistas e demais veículos de comunicação, principalmente aqueles de que não possuem condições de arcar com a defesa judicial. Isso significa dizer que a entidade age na contramão da instrumentalização do poder judiciário, prática esta que na Europa foi denominada de *slapp*.
- Instituto Vladimir Herzog – promove articulação entre jornalistas, comunicadores e ativistas de direitos humanos que atuam para conter a violência contra profissionais da imprensa. A instituição recebe denúncias, além de fornecer apoio jurídico e psicológico a vítimas de agressão.
- Rede Liberdade – é uma rede de advogados que atuam na defesa dos direitos humanos, servidores, ativistas, professores, policiais antifascistas e jornalistas, além de organizações da sociedade civil que não possuem uma estrutura jurídica robusta.

- Repórteres sem Fronteiras – defende a liberdade de expressão, realiza denúncias, monitora dados sobre violência contra jornalistas e também fornece apoio jurídico e financeiro às vítimas de agressão.

Além dessas, muitas outras entidades como a Associação de Jornalismo (AJOR), Artigo 19, Comissão para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Agência Pública, Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) realizam iniciativas nesse mesmo sentido.

Recentemente, no dia 1º de dezembro de 2022, a diretora do Instituto Tornavoz, Taís Gasparian, recebeu um prêmio pela defesa da liberdade de imprensa. Uma das fundadoras da instituição, ela ressaltou em seu discurso<sup>24</sup> a instrumentalização do poder judiciário por parte das autoridades, empresários e pessoas públicas, que avolumam a justiça com ações de indenização e de crimes contra a honra com o propósito de constranger os jornalistas. Ela asseverou que ante o desvirtuamento ao recorrer à justiça pelos poderosos, num período de ameaças à liberdade de imprensa, a necessidade de uma defesa especializada, que assegure aos jornalistas uma defesa técnica de qualidade para confrontar aqueles que tentam silenciar a informação devidamente apurada, organizada e noticiada é fundamental.

### **3. RESULTADOS**

O estudo trata de uma pesquisa descritiva, uma vez que se propõe a apontar como se manifesta o fenômeno da violência contra a classe dos profissionais do jornalismo e quais as características das agressões e dos agressores que cometem tais atos de violência.

Quanto ao delineamento, a pesquisa classifica-se como levantamento, pois trata de estabelecer pontos de contato com instituições do meio jornalístico que coletam casos de agressão a profissionais do ramo e como estas condutas se manifestam. A verificação de medidas por essas organizações no sentido de fornecer uma rede de apoio aos

---

<sup>24</sup> Advogada Taís Gasparian recebe prêmio em defesa da liberdade de imprensa. Disponível em: [https://www.abert.org.br/web/notmenu/tais-gasparian-e-instituto-tornavoz-recebem-premio-anj-de-liberdade-de-imprensa.html#:~:text=Ta%C3%ADs%20Gasparian%20e%20Instituto%20Tornavoz%20recebem%20pr%C3%AAmio%20ANJ%20de%20Liberdade%20de%20Imprensa,-font%20size&text=A%20advogada%20Ta%C3%ADs%20Gasparian%20e,Nacional%20de%20Jornais%20\(ANJ\)](https://www.abert.org.br/web/notmenu/tais-gasparian-e-instituto-tornavoz-recebem-premio-anj-de-liberdade-de-imprensa.html#:~:text=Ta%C3%ADs%20Gasparian%20e%20Instituto%20Tornavoz%20recebem%20pr%C3%AAmio%20ANJ%20de%20Liberdade%20de%20Imprensa,-font%20size&text=A%20advogada%20Ta%C3%ADs%20Gasparian%20e,Nacional%20de%20Jornais%20(ANJ).). Acesso em: 20 de dez. de 2022.

profissionais também será um ponto a ser destacado no estudo. A pesquisa coletou os dados através de relatórios ou demonstrativos disponibilizados na *internet* por entidades como a FENAJ e ABRAJI sobre casos de ameaças, xingamentos, agressões físicas, dentre outros ataques, mecanismos que denotam uma época de extrema relevância que assombra o Brasil, neste caso, mais especificamente à atividade jornalística. No caso da ABRAJI, como forma de tentar minimizar as subnotificações, uma vez que uma das características quando se trata de violência é o medo que as vítimas possuem dos seus agressores, foram utilizadas as combinações de técnicas de coleta de dados, como extração de dados do *twitter*, análise de *lives* no *youtube*, alerta de notícias no *google*, o canal de denúncias disponibilizados pela própria ABRAJI e também a colaboração de organizações parceiras que atuam na coleta e na denúncia de casos de agressões a jornalistas. Buscou-se, principalmente, informações sobre a vítima, sobre o agressor, o meio pelo qual se deu o ataque, e a localização dos mesmos.

No que tange à abordagem, a pesquisa classifica-se como mista, já que tratará de obter informações do número de ataques, da forma e por que razão eles ocorrem.

O estudo faz um recorte longitudinal, pois apesar de extrair informações que denotam o momento recente da atividade jornalística, ao apontar o crescimento de casos de agressões a jornalistas de alguma maneira compara com ocorrências de anos anteriores. Além disso, emprega dados primários e secundários internos, pois algumas entidades já dispõem de canais que registram casos de agressão sofridos por jornalistas no exercício de suas atividades.

A atividade jornalística se compõe de diversas instituições que possuem o papel de levar a informação devidamente apurada aos cidadãos. Contudo, essa pesquisa centrou-se principalmente nos dados divulgados pela ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e FENAJ (Federação Nacional de Jornalistas) relativos a episódios de agressão e que permitem extrair conclusões sobre esses ataques perpetrados por agressores em face dos jornalistas, de modo que essas informações devidamente organizadas possam servir como instrumento no combate à desinformação e, conseqüentemente, ao direito à informação e à liberdade de imprensa dentro dos meios democráticos do exercício desses direitos.

A ABRAJI é uma associação que tem como objetivos o aprimoramento profissional dos jornalistas e a difusão dos conceitos e técnicas da reportagem

investigativa. Pode-se assim dizer que a entidade procura aperfeiçoar e difundir o jornalismo em sua forma técnica. Para isso promove cursos de aperfeiçoamento da atividade jornalística tanto para os jornalistas quanto para os estudantes da área. A instituição tem por missão a defesa do direito de acesso às informações públicas. Já a FENAJ, criada em 20 de setembro de 1946, atua na defesa dos jornalistas e, conseqüentemente, do jornalismo em todo o Brasil. Possui mais de 40 mil jornalistas associados, além de ter 27 sindicatos estaduais e 4 municipais. O papel de defesa jornalística exercido aproxima essa federação de um maior engajamento no que se refere à liberdade de comunicação e da melhoria das condições laborais. É uma organização atuante e ativa, principalmente quando se trata de defender os interesses dos profissionais do jornalismo. Comprometida com a liberdade de expressão e com a democratização da informação, é também aguerrida no combate à violência contra os jornalistas e demais trabalhadores da mídia.

E é com esse propósito, devido aos variados ataques que o setor jornalístico vem sofrendo e das mais diversas formas nos últimos anos, o que motivou a realização dessa pesquisa, que durante a busca constante por coletar informações sobre esse fenômeno da violência voltado para uma classe em especial, encontrou nessas instituições, dois representantes destemidos na luta pela proteção dos repórteres e da mídia em geral.

Nesse ponto, a ideia é apresentar os dados coletados junto às entidades que atuam na prevenção e combate à violência aos profissionais do jornalismo, no que diz respeito a denúncias e casos de violência, que permite conhecer um pouco dos perfis dos ataques e juntamente com isso, enumerar características que conformam o perfil dos agressores. Desse modo, espera-se que este seja um instrumento a se somar ao lado da defesa democrática, respeito aos direitos fundamentais desses que têm por missão levar a informação à sociedade e sirva de orientação aos próprios jornalistas para tomarem os devidos cuidados quando no exercício do ofício. Afinal, as estratégias de silenciamento por parte dos agressores que tentam desconstituir o pensamento plural e o debate racional com base nos fatos, não pode se sobrepor ao estado democrático de direito. A livre circulação de informação é uma forma de manter os cidadãos cientes da realidade a sua volta, para que uma vez mais informados, ou seja, munidos da informação, possam tomar suas decisões. Desse modo a liberdade de imprensa pode ser compreendida como um pilar que sustenta a democracia. Do contrário, impedir a circulação da informação devidamente apurada é obstar à sociedade do seu direito à informação.

Gráfico 01 - Série histórica de agressões contra jornalistas de 2010 a 2022 no Brasil



O gráfico permite perceber que o triênio 2019-2021 supera os três triênios anteriores somados em casos de agressão a jornalistas. São 1.066 (2019-2021) contra 1.024 (2010-2018).

A série histórica mostra que até 2018 o ano em que houve o maior número de casos de agressões contra jornalistas foi em 2013, período este em que estouraram os protestos de junho, crucial para a democracia brasileira, pois grande parte dos brasileiros foram às ruas para protestar por diversos direitos, no entanto, houve forte repressão por parte da polícia e foi por parte desta instituição o maior número de agressões, muito embora tenha ocorrido agressões praticadas pelos próprios manifestantes<sup>25</sup>. No entanto, a partir de 2019 houve um crescimento de 54,07% no número de agressões a jornalistas em relação ao ano anterior. Mesmo vindo em curva ascendente, em 2020 as agressões saltaram, chegando a ocupar um patamar de 105,77%. Essa época foi marcada pelo enfrentamento da pandemia. Apesar disso, o que se viu no Brasil foi a difusão de um discurso negacionista, oposto à ciência e à vacinação promovido, principalmente, pelo Presidente da República. Foi nesse cenário que ocorreram diversas agressões e ataques à

<sup>25</sup> Informação extraída do Relatório FENAJ (2013). Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio-fenaj-2013.pdf>. Acesso em: 06 ago. de 2022.

mídia. Em 2021 esse número se estabiliza em patamar elevado, que coloca este, até então, como o ano mais violento para os jornalistas.

Já em 2022, a Federação Nacional dos Jornalistas, divulgou em seu relatório que houve uma redução do número da violência contra a classe jornalística em 12,56%, o que representou uma redução de 54 casos quando esse número é comparado ao ano de 2021. Esse levantamento apresenta o perfil das agressões praticadas contra os jornalistas e se classificam por atos e métodos de descredibilização da imprensa, injúria racial, ataques cibernéticos, censura, ações na justiça, agressões verbais e físicas chegando até mesmo ao limite do cometimento de assassinato. O quadro de violência contra jornalistas no Brasil apresentado a seguir, em seu último item analisado, aponta um caso de assassinato, ele diz respeito justamente ao destino trágico que ocorreu com o jornalista Dom Philips, em junho de 2022, que foi morto juntamente com o indigenista Bruno Pereira, na cidade de Atalaia do Norte, no estado do Amazonas, vítimas de uma emboscada.

Quadro 01 – Violência contra jornalistas no Brasil/categoria

Categoria de violência	Número de casos
Descredibilização da imprensa	87
Ameaças/Intimidações/Hostilizações	77
Censuras	59
Agressões físicas	49
Agressões verbais/Ataques virtuais	46
Impedimentos ao exercício profissional	21
Ações judiciais	13
Ataques cibernéticos	9
Atentados	5
Detenções/Prisões	3
Injúria racial/Racismo	3
Violência contra organizações sindicais	3
Assassinato	1

Total	376
-------	-----

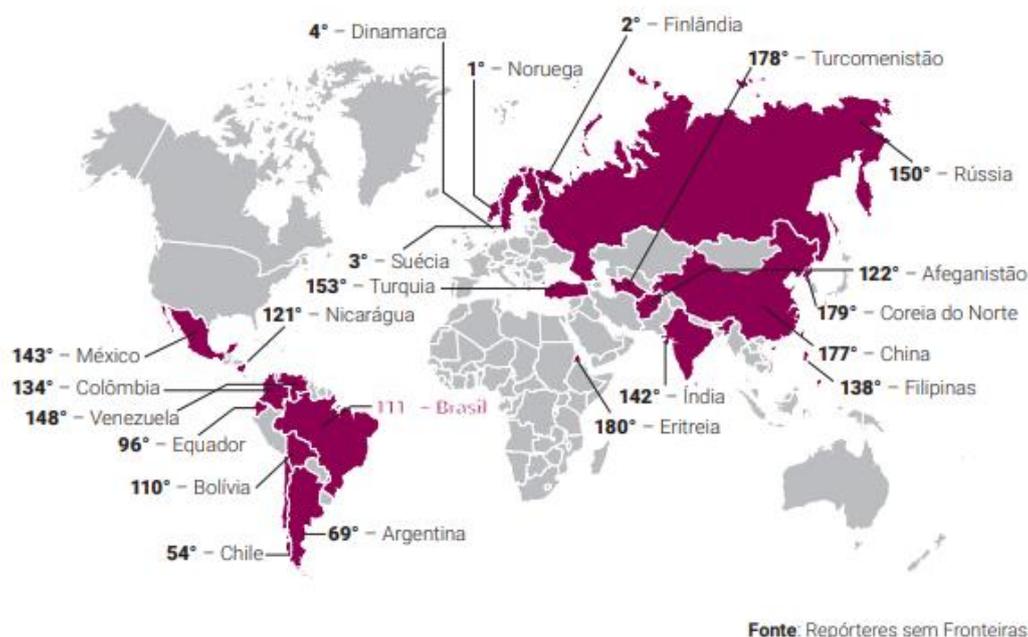
Fonte: Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2022

Os ataques violentos aos profissionais do meio jornalístico não são particularidades do Brasil. Ao mesmo tempo que os ataques aos jornalistas aumentam no Brasil, há também vários episódios de violência contra o segmento nas mais diversas partes do mundo. Dados da UNESCO denunciam o crescimento dos ataques à liberdade de imprensa em escala global<sup>26</sup>. Não há dúvidas que essas ações intolerantes representam um grande risco para as democracias instituídas. Diante desse quadro, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Flávio Lara Resende, chama atenção para o crescimento dos casos de violência contra jornalistas no Brasil, o que justifica as consecutivas quedas no *ranking* mundial de 180 países, posição que em 2020 o Brasil ocupava a 107ª colocação e agora passou a ocupar a 111ª. Dessa forma, o Brasil ingressa, pela primeira vez em 20 (vinte) anos, entre os países classificados na zona vermelha, que no grau de liberdade de expressão, significa dizer que o país se encontra numa situação difícil no que tange ao exercício desse direito, apenas um grau abaixo do que é considerado grave (zona preta). É o quarto ano consecutivo em que o Brasil registra queda no quesito liberdade de imprensa. As demais cores representam indicativos menos graves à liberdade de expressão e são: branca (muito boa), amarela (boa) e laranja (problemática). Segundo o Relatório Anual da Associação Brasileira de Rádio e TV (ABERT), de 2021, essa é a pior colocação do Brasil no *ranking*, que passou a figurar ao lado de países como Rússia, Bolívia, Nicarágua, Filipinas, Turquia e Índia, nações estas que tem o trabalho pela realizado pela imprensa considerado como difícil. A figura a seguir ilustra a classificação dos melhores países e os piores em termos de liberdade de imprensa em 2021. Denunciar esse quadro de violência crescente contra os profissionais no meio jornalístico no Brasil é uma forma de se opor ao crescimento desse fenômeno que se levanta não somente contra o direito à informação, mas também atenta contra a integridade dos jornalistas. Os países elencados na figura foram classificados em ordem crescente. Portanto, os primeiros são aqueles em que há maior liberdade de imprensa, já os últimos se apresentam como países fechados para a circulação da informação por parte dos profissionais da mídia.

<sup>26</sup> Ataques à liberdade de imprensa em nível internacional. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/03/1782442>. Acesso em: 21 de dez. de 2022.

Figura 01 – Ranking de liberdade de imprensa entre 180 países

## RANKING - LIBERDADE DE IMPRENSA NO MUNDO - 2021



Países como o Brasil estão representados pela cor roxa, indicando sua situação difícil concernente à liberdade de imprensa. Os países escandinavos e nórdicos (Noruega, Finlândia, Suécia e Dinamarca) obtiveram as melhores classificações.

Quadro 02 - Violência por região

Regiões	Valores absolutos	Valores em percentual
Centro-Oeste	98	34,03%
Sudeste	82	28,47%
Norte	38	13,20%
Sul	35	12,15%
Nordeste	35	12,15%

Fonte: Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2022

A violência por região coloca a região centro-oeste como a primeira dentre as 5 (cinco) regiões em que mais houve registro de violência no Brasil e supera a segunda colocada, a região sudeste, em 16 casos. Já as demais regiões mantêm números, quando não iguais, como é o caso da avaliação entre as regiões Nordeste e Sul, ambas com 35 casos de violência, são bastante aproximados, como se percebe na região Norte, com 38 casos registrados de violência na região. A priori, esses números podem significar que quanto mais próximo do centro do poder, mais propensas a atos de violência as regiões

estão. Nesse quesito é importante ressaltar que os dados da própria pesquisa apontam para a forte influência política desses comportamentos intolerantes para com os jornalistas que serão apresentados adiante, os quais resultam nos números aqui demonstrados.

Quadro 03 - Violência por Estado

Estados	Valores absolutos	Valores em percentual
Distrito Federal	88	30,57%
Mato Grosso	6	2,08%
Goiás	2	0,69%
Mato Grosso do Sul	2	0,69%
São Paulo	48	16,67%
Rio de Janeiro	18	6,25%
Minas Gerais	10	3,47%
Espírito Santo	6	2,08%
Bahia	14	4,86%
Ceará	6	2,08%
Piauí	7	2,43%
Pernambuco	3	1,04%
Alagoas	2	0,69%
Maranhão	1	0,35%
Paraíba	1	0,35%
Rio Grande do Norte	1	0,34%
Sergipe	0	0%
Paraná	19	6,59%
Rio Grande do Sul	11	3,82%
Santa Catarina	5	1,74%
Pará	21	7,30%
Amazonas	7	2,43%
Rondônia	6	2,08%
Roraima	2	0,69%
Acre	1	0,35%
Tocantins	1	0,35%
Amapá	0	0%
Total	288	100%

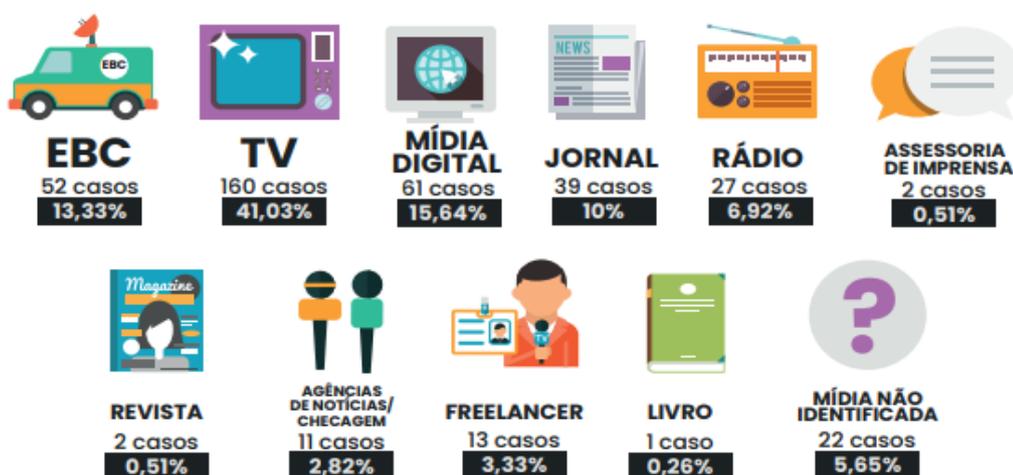
Fonte: Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), 2022

Ao visualizar esses dados, observa-se a ampla diferença entre a quantidade de casos de violência no Distrito Federal e os demais estados. A diferença da quantidade de registros do Distrito Federal, onde há mais casos, para o segundo colocado, o estado de

São Paulo, é de 1,83 vezes casos a mais. A maior parte dos casos registrados no levantamento como Distrito Federal foi enquadrado como censura e ocorreram na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa pública federal que atua no setor de mídia desde 2007. No entanto, nem todos eles de fato ocorreram no Distrito Federal. Alguns se passaram em São Paulo e no Rio de Janeiro. Contudo, pelo fato da sede da empresa ser no Distrito Federal, todos os casos envolvendo ataques ao jornalismo da EBC foram inseridos nessa unidade da federação. No que tange à violência por estado, com base nas informações extraídas do quadro, o estado de São Paulo é o segundo mais violento para os jornalistas. É possível notar que a Bahia é o estado do Nordeste com mais casos de agressão. Já no Sul do país a liderança inglória vai para o estado do Paraná. Por último, na região Norte, o estado do Pará soma a maior quantidade de casos de agressão a jornalistas. Por outro lado, também existiram estados em que não foi praticada nenhuma agressão sequer contra os setores da mídia, são os casos de Sergipe e Amapá. Esse deveria ser um comportamento normal num estado democrático de direito, em que se respeita a liberdade de imprensa. No entanto, podem ser observados como ideias a serem alcançados, tendo em vista que a pesquisa aponta para o crescimento elevado da violência, principalmente nos últimos quatro anos.

A violência se manifesta por diversos meios, porém boa parte do número de agressões se deu pelo uso de canais midiáticos e isso está representado na figura 2, também elaborada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2022) e que retrata a violência pelo tipo de mídia empregada.

Figura 02 – Violência por tipo de mídia



Fonte: Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ, 2022

Os dados acima evidenciam o tipo de mídia em que as vítimas de violência atuam. Sendo assim, a primeira posição, com 160 casos, é ocupada pelos profissionais da mídia televisiva. Esses são os que mais sofreram violência durante o ano de 2022. Logo atrás vem os profissionais que atuam mais especificamente no ramo das mídias digitais, com 61 casos. Isso, para além da discussão sobre violência, permite perceber o alto alcance que os meios digitais vêm obtendo nos últimos anos, o que indica a disputa por espaço entre os meios digitais e a mídia televisiva. Por outro lado, também demonstra a urgente necessidade de uma regulação das redes de forma a coibir ataques aos profissionais que realizam suas atividades por meio desse tipo de mídia. Na terceira posição aparece a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com 52 casos, o equivalente a 13,3% do total de casos. Chama atenção o número de registros de casos obtidos de violência contra os profissionais de checagem dos fatos, pois já ocupam uma parcela de 11 casos de violência, o que equivale a 2,82% do total de casos de agressão. Esse percentual, representa de alguma maneira uma parcela da população brasileira que ao viver enclausurada numa bolha, envoltas pela difusão de mentiras, se volta de forma violenta contra profissionais que atuam no sentido de verificar a veracidade das informações que circulam na sociedade. À guisa disso, denota o descompromisso de uma camada agressiva da população brasileira que já se comporta como aliada das chamadas *fake news*. É relevante por ora conhecer os sujeitos que mais praticam atos de agressão contra os jornalistas. Esse quadro também foi levantado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e expõe quem são os grupos ou pessoas que mais representaram perigo para os jornalistas no ano de 2022. Nesse quesito, chama atenção o fato de que pouco mais de 64% dos casos de violência foram cometidos por agentes ligados ao governo federal ou por manifestantes defensores da gestão anterior. A figura que mais atacou os jornalistas durante 2022 continuou sendo a do Presidente da República, o senhor Jair Messias Bolsonaro. Em 2021, foram 147 ataques à imprensa perpetrados pelo Chefe de Estado. Já em 2022, como indica o quadro, houve uma ligeira redução, muito embora ele ainda apareça liderando a lista dos agressores. Essa liderança inglória se estabeleceu durante os quatro anos do seu mandato. Outro fato que se constata no quadro a seguir e que chama atenção é que até mesmo os infratores da lei praticaram menos agressões do que os agentes públicos, ou seja, de onde, pela magnitude dos cargos, se espera que venham os exemplos no que tange ao comportamento adequado, provêm o maior número de ataques à imprensa. Esses comportamentos dão um indicativo de que na atualidade boa parte das agressões aos profissionais do jornalismo são permeadas pelo viés político.

Quadro 04 – Violência por agressores

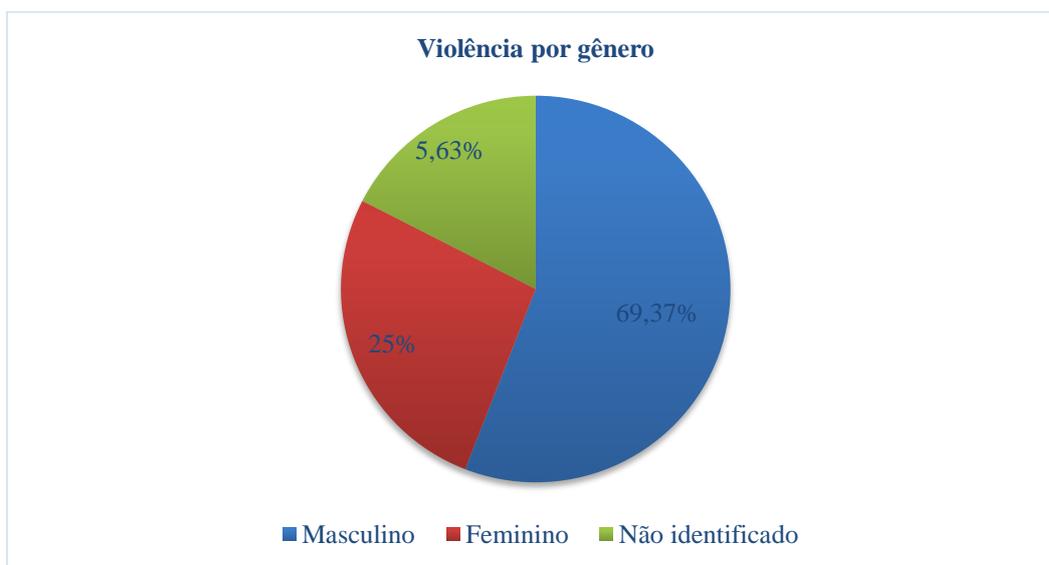
Agressores	Número de ataques	Percentual
Presidente da República	104	27,66%
Manifestantes bolsonaristas	80	21,27%
Dirigentes da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	57	15,16%
Políticos/assessores	45	11,97%
Populares	20	5,32%
Policiais militares/civis	16	4,25%
Internautas/hackers	15	3,99%
Juízes/procuradores/ministros do STF	8	2,13%
Traficantes/infratores da lei	8	2,13%
Torcedores/dirigentes de clubes de futebol	6	1,60%
Não identificados	6	1,60%
Empresários	3	0,80%
Empregados públicos/privados	3	0,80%
Seguranças	2	0,53%
Plataformas digitais	2	0,53%
Dirigentes de fundação ligada à UFC	1	0,27%

Fonte: Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2022

A seguir, um elemento importante que possibilita a discussão de agressões entre jornalistas e que é um vasto campo até mesmo para outras pesquisas sobre o assunto refere-se à mensuração da violência por gênero. Comparar esses números permite que se estabeleçam políticas públicas de proteção mais específicas de acordo com o gênero das vítimas. Auxiliá-los através de orientações que possam fornecer maior segurança em suas atividades é fundamental na redução dos casos de agressão a jornalistas. O recorte por gênero ultimamente é bastante utilizado nas pesquisas. Por essa razão, houve a preocupação de analisar se o gênero é também um fator ligado à violência no caso desses tipos de ataques que se voltam exclusivamente para os profissionais do segmento do jornalismo profissional. A ideia, a partir de então, é apresentar esse elemento como componente da violência e como ele se manifesta dentro dessa ótica numa perspectiva puramente quantitativa, uma vez que a teoria outrora já abordada nesse estudo demonstrou com alguns casos reais, que a violência, no caso das mulheres, se apresenta

em grande parte através de estigmatizações que questionam o simples fato de ser mulher, sem guardar uma relação direta com a desenvoltura profissional.

Gráfico 02 – Violência por gênero



Fonte: Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), 2022

O registro do número de violência por gênero indica o maior índice de violência sofrido por jornalistas do gênero masculino. Nesse ponto, apesar de se disseminar um discurso da violência contra jornalistas se voltar contra o gênero feminino, a pesquisa mostra que as agressões praticadas contra jornalistas do gênero masculino superam numa proporção quase três vezes maior os ataques contra o gênero feminino. Os não identificados foram os que apresentaram a menor taxa (5,63%). No entanto, é importante estar atento não somente ao número de ataques sofridos pelo gênero masculino, mas também as suas características, que como serão apresentadas adiante, podem representar o aumento dos discursos sexistas, misóginos, machistas ou mesmo homofóbicos por parte dos agressores.

Ao elaborar um relatório para tratar especificamente da violência contra as mulheres, a ABRAJI obteve dados importantes que permitem traçar um perfil de como a violência se apresenta contra as profissionais da mídia. Muito embora ainda não tenha sido divulgado os números para o ano de 2022, em 2021 houve 119 casos registrados de ataques contra mulheres que atuam no meio jornalístico, o que permite concluir que a cada três dias um ataque foi praticado contra uma jornalista. Diante desse número é importante perceber a importância que o gênero exerce em questões que envolvem o

fenômeno da violência. Segue adiante alguns números, desta vez levantados pela ABRAJI, que abordam esse cenário.

Quadro 05 - Ataques promovidos exclusivamente contra mulheres jornalistas

Característica do ataque	Percentual
Ataques oriundos de agressores do gênero masculino	95%
Discursos estigmatizantes	75%
Casos com mais de um agressor iniciados por estatais	69%
Agressões com origem no meio digital	68%
Devido à cobertura política	60%
Discursos estigmatizantes que partiram de autoridades e figuras proeminentes	59%
Agressões com atores identificáveis partiram de estatais	52%
Ataques com viés de gênero	38%
Ataques dirigidos à moral e à reputação de jornalista mulher (narrativas sobre casos extraconjugais e de conotação sexual,	32%
Ataques que atingiram homens e que possuíam caráter homofóbico	7%

Fonte: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), 2021

Pelos dados da tabela apresentada, verifica-se que quase a totalidade dos ataques contra as mulheres partem do gênero masculino, o que reforça o caráter patriarcal presente na cultura do brasileiro. Em seguida, os discursos estigmatizantes, com 75%, também vão no mesmo sentido, endossando uma prática que apesar dos avanços na participação das mulheres na sociedade, uma tentativa de delimitar espaços para o gênero feminino. Notou-se ainda o emprego do uso digital (68%) na concretização desses ataques, indicando que as redes sociais ainda são um terreno que carece de maior e melhor regulação, de forma que o combate a esse tipo de conduta seja efetivo, proporcionando assim um ambiente seguro para todos ao garantir que todos tenham direito de livre expressão, sem ferir a imagem e honra alheias. Afinal, a liberdade não é um direito absoluto, de modo que quaisquer comentários agressivos ou criminosos devem ser coibidos e devidamente punidos nos limites da lei. Nesse ponto está a importância de se ter uma regulação ativa e eficaz para reduzir ou mesmo eliminar os excessos por parte

dos infratores, que muitas das vezes se escondem através de perfis falsos para disseminar ódio e intolerância nas redes. Um ponto que merece destaque é que parte desses ataques se deu dentro do espectro político. Nesse ínterim, uma crítica a ser pontuada é que esses personagens que deveriam, pela própria posição que ocupam, dar exemplo no incentivo a medidas que conferem maior espaço para a atuação das mulheres, são aqueles que muitas vezes a denigrem simplesmente pela condição de mulher ou por acreditarem que elas deveriam estar em outros ambientes que não o trabalho jornalístico. Outras vezes esses agressores colocam as profissionais da mídia num papel de mulheres que para divulgarem notícias se sujeitam a práticas libidinosas ou aviltantes, como foi o caso que ocorreu com a jornalista Patrícia Campos Mello, já descrito nesse trabalho.

Quadro 06- Ataques a mulheres jornalistas por veículos das vítimas

Veículos das vítimas	Número de casos por vítima
Globo	31
Outros	31
CNN Brasil	14
Folha de São Paulo	13
Uol	7
Freelancer	5
Grupo Globo (afiliada)	5
Jovem Pan	4
TV Cultura	3
Aos Fatos	2
CBN	2
Estadão	2
Grupo Record	2
Grupo Record (afiliada)	2
Metrópoles	2
SBT	2
Total	127

Fonte: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), 2021

Primeiramente, é salutar esclarecer que o número de 127 episódios de agressão, ou seja, 8 a mais do que os 119 anteriormente registrados pela ABRAJI se dá por conta que nesse quadro considera-se o número de vítimas. Isso significa dizer que em alguns casos houve 2 ou mais vítimas envolvidas no episódio de agressão. Dito isso, uma vez

que o quadro expõe os números em formato decrescente, é fácil observar que as jornalistas da Globo foram as maiores vítimas, em termos de quantidade, dos ataques perpetrados.

Quadro 07 - Vítimas por idade

Vítimas por idade	Percentual
25 a 39 anos	35,4%
40 a 60 anos	31,5%
Acima de 60 anos	8,7%
Indeterminada ou não há	24,4%

Fonte: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), 2021

Quando se analisa o fator idade das vítimas, o que se percebe é que os jornalistas mais jovens são as maiores vítimas, enquanto que os profissionais que estão na faixa acima de 60 anos sofrem um número menor de agressões.

Quadro 08 - Casos de agressão por tema de cobertura

Tema da cobertura	Número de casos
Política	71
Não há	21
Crime e Segurança Pública	6
Saúde	5
Esporte	4
Sociedade	3
Economia	3
Acidente	2
Dia dos Namorados	1
Entretenimento	1
Mobilidade	1
Esporte	1
Total	119

Fonte: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), 2021

Diante dos dados apresentados constatou-se que o aumento das agressões a jornalistas está predominantemente ligado ao cenário político, como mostra o levantamento feito pela ABRAJI. O cenário de forte polarização estimulado pelos políticos instiga o quadro de violência em face das jornalistas. Alia-se a isso a visão de mundo conservadora por boa parte desses agressores, já que parte desses direcionam suas ações contra as mulheres. O episódio do ataque aos poderes da república já relatado neste estudo, corrobora com o resultado obtido nesse item da pesquisa. Muito embora os dados

sejam de 2021, eles evidenciam casos de agressões de cunho político, demonstrando o clima de insegurança, desinformação e violência nessa seara.

Quadro 09 - Ataques promovidos por figuras da política, ocupantes de cargos comissionados e aliados

Agressões por autores	Número de agressões
Presidente da República - Jair Bolsonaro	8
Deputado Federal - Carlos Jordy (PSL-RJ)	8
Vereador - Carlos Bolsonaro (Republicanos- RJ)	7
Assessor (de Bolsonaro) - Tercio Arnaud Tomaz	7
Deputado Federal - Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)	5
Comentarista político - Rodrigo Constantino	5
Secretário Especial de Cultura do Governo Federal - Mário Frias	3
Presidente da Fundação Palmares - Sérgio Camargo	3
Deputada Federal - Bia Kicis (PSL-DF)	2
Deputada Federal - Carla Zambelli (PSL-SP)	2
Pastor Pentecostal - Silas Malafaia	2

Fonte: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), 2021

Em 2014, de acordo com a EBC<sup>27</sup>, os maiores agressores deixaram de ter motivação política e passaram a ser praticados por policiais. Contudo, o cenário atual apresentado pela ABRAJI aponta outro grupo. O quadro 08 ratifica essa mudança ao indicar que os ataques iniciados por figuras públicas da política e ocupantes de cargos comissionados e aliados, têm como sujeitos ativos, além do próprio ex-presidente da república do Brasil, seus próprios indicados para o governo, políticos do seu antigo partido e apoiadores da gestão Bolsonaro. Essa constatação ratifica o cenário de crise política de longa data, desde o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Chama atenção, nesse ponto, o fato de que, em sua maioria, não são as figuras que fazem oposição ao governo que cometem os atos de violência e agressão a jornalistas, mas aqueles que estão no exercício do poder. O episódio de tentativa de golpe, no dia 08 de janeiro de 2023, demonstrou, como atualmente está sendo investigado, que até mesmo governadores, como o do Distrito Federal, ex-ministros do governo federal e forças da

<sup>27</sup> Profissionais da segurança pública como maiores agressores contra jornalistas, em 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-01/policiais-sao-os-maiores-agressores-de-jornalistas-diz-fenaj>. Acesso em: 21 de dez. de 2022.

segurança pública e membros das forças armadas podem atuar de forma vexatória contra o estado democrático de direito.

#### 4. CONCLUSÃO

A violência contra os jornalistas, como apresentada, não é um fenômeno recente. No entanto, a pesquisa permitiu identificar que houve um recrudescimento dos ataques a esse público específico. Além disso, diante do perfil dos agressores obtido e pelos próprios dados extraídos por entidades que realizaram esse levantamento, é que a maior parte dos atos de violência e agressões nos últimos anos são estimulados pela pessoa do próprio Presidente da República do Brasil. A pesquisa indicou também que as agressões, em sua maior parte, tiveram origem nos parlamentares e congressistas. Dessa forma, pode-se depreender que a parcela maior dos casos de violência praticados contra os jornalistas, muito embora possam ter outra natureza, possui um viés político.

No caso das agressões contra as mulheres jornalistas, foi possível notar que a intolerância se manifesta em palavras que procuram reduzir as vítimas não relacionadas ao ofício que realizam, mas simplesmente em questões de foro íntimo, ligadas ao fato de serem mulheres, questionando aspectos da vida privada e que não guardam relação alguma com as matérias veiculadas.

A pesquisa também apontou o número elevado de ameaças pelo meio digital com o potencial de se materializar em agressões físicas contra os profissionais do meio midiático. Apresentou a Rede Globo como a emissora que sofreu a maior quantidade de ataques nos últimos anos. Além disso, trouxe à tona a prática do *slapp*, que consiste na tentativa de inviabilizar o trabalho dos jornalistas e sua própria defesa através da instrumentalização da justiça com a abertura de vários processos judiciais em lugares distintos. Essa estratégia impossibilita a defesa dos jornalistas e caracteriza litigância de má-fé, uma vez que não há uma busca genuína pela justiça, mas caracteriza a utilização de meio artil, ou seja, praticado de forma deliberada, para obstruir o trabalho dos jornalistas e também suas próprias defesas. Diante do panorama analisado, é importante que os casos de violência sejam denunciados pelos jornalistas de modo que não se permita a subnotificação dos registros. Isso requer uma atitude corajosa no sentido de denunciar casos de violência e agressões sofridas, produzindo o boletim de ocorrência e não se intimidar perante os agressores.

Outro ponto bastante importante e que pode ser objeto em outras pesquisas sobre o tema da violência é a importância do apoio psicológico e questões que envolvem saúde mental desses profissionais, dado que estão presentes em um ambiente de alto estresse pela própria natureza da atividade. Isso somado ao estímulo de agressões por parte da ala governista, como ficou demonstrado, acaba colocando os jornalistas como alvo. Dessa forma, pode-se dizer que a identificação que antes conferia maior facilidade para o jornalista chegar até à notícia, atualmente se tornou um atrativo para sofrerem ataques dos mais variados tipos, uma vez que a violência se manifesta e suas múltiplas formas.

Defender a liberdade de expressão com ataque ao jornalismo mostra uma contradição, pois é a tentativa de calar um setor importante para a democracia, além de configurar censura, mostrando-se assim uma contradição em termos, portanto, difícil de ser sustentada.

Assim, diante do quadro atual, o tema da educação midiática pode ser uma maneira de tentativas de minimização do fenômeno da violência. Expor para a sociedade a importância de checar a fonte, o emissor da notícia, o período em que são divulgados e a intenção da propagação são elementos que ajudam a sociedade civil a obter informações condizentes com a realidade.

Portanto, ao concluir este trabalho, espera-se que o mesmo seja útil de alguma forma para reduzir o cenário de violência contra os jornalistas, uma vez que põe em destaque os seus agressores e os modos como eles atuam contra a classe ao estimular a intolerância, que é uma ameaça não somente aos profissionais da mídia, como também representa um grande perigo para a democracia no Brasil.

## 5. REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. “Polarização radicalizada e ruptura eleitoral”. In: Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução Iradi D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; CARMO, Aparecido Santos do. As Vítimas da Pandemia e o Negacionismo Oficial: Análise dos Obituários na Cobertura da Folha de S. Paulo. In: SCABIN, Nara Lya Cabral; ANDREA Limberto (orgs.). **Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão no Século XXI: Modos Censórios, Resistências e Debates Emergentes**. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 1ª ed. 2021.

APPIAH, Kwame Anthony. **Lies that Bind: Rethinking Identity**. Nova York: Liveright, 2018.

Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV – ABERT. **Violações à Liberdade e Expressão**. Relatório Anual 2021.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Tradução André Duarte. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2022.

BENTHAM, Jeremy. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CÉSAR, Marília de Camargo. **O Grito de Eva: A Violência Doméstica em Lares Cristãos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.

COSTA, Álvaro Daniel. **História do jornalismo paulista: o inventário de Affonso A. de Freitas nas comemorações do centenário da imprensa periódica de São Paulo e os jornais em língua estrangeira**. Revista Brasileira de História da Mídia. São Paulo. v. 10, n. 2, p. 251-267, jul./dez. 2021.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TORRES, Ricardo T. **Jornalistas expostos e vulneráveis: ataques digitais como modalidade de risco profissional**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. x-xx, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018: ID29210. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2018.3.29210>. Acesso em 18 mai. 2022.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Tradução Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FACHINI, Flávia Granzotto; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; STEFANI, Dorival de. Preconceitos, Discriminações e Intolerâncias: Definições e Relações. In: MENEGHETTI, Francis Kanashiro; STEFANI, Dorival de (orgs.). **Intolerância: Uma Análise Sobre a Realidade Brasileira**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

FARIA, José Henrique de; Meneghetti, Francis Kanashiro. A Instituição da Violência nas Relações de Trabalho. In: FARIA, José Henrique de. **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A vontade de saber** (Vol. 1). Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro, Edições Grall, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. **O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault**. *Rev. Subj.* [online]. 2016, vol.16, n.3, pp. 34-44. ISSN 2359-0769. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>. Acesso em 20 dez. 2022.

GOMES, Ângela de Castro. A Política Brasileira em Tempos de Cólera. In: **Democracia em Risco?: 22 Ensaio Sobre o Brasil Hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Haidt, Jonathan. **The Righteous Mind: Why Good People are Divided by Politics and Religion**. Nova York: Vintage, 2013.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Tradução Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

KRUG, E. G. et al. Lozano R. **Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002. p. 380.

MARTINS, Andrei Venturini. As Sombras da Polarização. In: GUANAES, Daniel. et al. **O Evangelho da Paz e o Discurso de Ódio**. 1ªed. Rio de Janeiro: GodBooks; Thomas Nelson Brasil, 2021.

MELLO, Patrícia Campos. **A Máquina do Ódio: Notícias de uma Repórter sobre Fake News e Violência Digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1-18, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018: ID29349.DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2018.3.29349>. Acesso em 22 jan. de 2023.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

SANGLARD, Fernanda; ORLANDINI, Maiara; SILVEIRA; Bruna. A Volta da Censura? Reflexões Acerca da Perseguição a Artistas e Produções Culturais. In: SCABIN, Nara Lya Cabral; ANDREA Limberto (orgs.). **Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão no Século XXI: Modos Censórios, Resistências e Debates Emergentes**. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 1ª ed. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

STEFANI, Dorival et al. Intolerância Associada à Condição Econômica ou de Classe. In: MENEGHETTI, Francis Kanashiro; STEFANI, Dorival de (orgs.). **Intolerância: Uma Análise Sobre a Realidade Brasileira**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

TREVISAN, João Silvério. **Seis Balas num Buraco Só: A Crise do Masculino**. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e Extremismo não Esgotam Experiência do Sagrado nas Religiões. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O Ódio Como Política: A Reinvenção das Direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.